

27 MAI 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Igrejas e salas precárias abrigam fóruns em SP

Segundo relatório, pelo menos 118 fóruns paulistas precisam ser readequados; despesa com alugueis se acumulam

Rogério Gentile

SÃO PAULO O acesso ao piso superior do fórum do município de Monte Alto, no interior de São Paulo, é controlado. Se uma testemunha sobe para a sala de audiência, outra tem de descer.

O prédio foi construído no início do século passado, e a medida é preventiva. Como parte da laje é de madeira, teme-se que não suporte um peso grande e venha abaixo.

Em Ipaussu, cidade situada a 360 km da capital paulista, o tribunal funciona precariamente num salão paroquial cedido pela Igreja Católica. A mudança ocorreu em razão de graves problemas estruturais do antigo fórum, interdito.

Na corte improvisada, originalmente sala de catequese, há um só banheiro, destinado aos servidores. Advogados e o público em geral, diante de uma necessidade, precisam deixar o prédio e procurar abrigo em outro lugar.

Embora estejam entre os mais graves, os casos acima não podem ser considerados exceções. A Justiça paulista tem uma longa lista de problemas nas edificações de muitas das suas 319 comarcas.

Há instalações antigas e em condições inadequadas de uso, tribunais sem acessibilidade nos quais idosos e cadeirantes precisam ser carregados, e, sobretudo, edifícios sem capacidade para suportar a demanda atual.

Segundo relatório preparado pelo Tribunal Justiça, fóruns de 63 cidades precisam ser ampliados. Em outras 55 comarcas, é necessário construir cortes novas. Nessa listagem, estão apenas os casos considerados prioritários.

O fórum de Cubatão encabeça a primeira lista, seguido de Ribeirão Preto e Amparo. Em abril, funcionários do tribunal da baixada santista realizaram um protesto durante o qual portaram a seguinte faixa: "Cubatão pede socorro". Ato similar havia ocorrido no mesmo local há cinco anos.

Eles descrevem uma situação de paredes com rachaduras e água nos cartórios quando chove. O piso do salão do júri também apresenta problemas. "A precariedade é gritante", afirma a advogada Lucimar Vieira de Faro Melo.

Outra cidade citada no relatório é Atibaia, cujo fórum novo foi inaugurado em 2003. Dois anos depois, surgiram os primeiros problemas na estrutura. Em 2014 a situação se agravou com fendas na parede e o afundamento do piso.

Os trabalhos foram transferidos provisoriamente para outros prédios, alugados, e até hoje o fórum não foi reaberto. "O interior fica sempre relegado para o segundo plano", afirma o advogado Agnelo José de Castro Moura.

O TJ espera terminar a reforma do tribunal de Atibaia no 2º trimestre de 2020, obra que deverá custar mais de R\$ 6,5 milhões. Sobre o de Cubatão,

diz que prepara um laudo técnico, mas que não foi detectado perigo iminente. E que fará as reformas necessárias.

De 2018 a abril de 2019, a Justiça de São Paulo promoveu 280 intervenções de manutenção nos seus 773 prédios no Estado, que consumiram cerca de R\$ 76 milhões.

Um dos objetivos do Tribunal de Justiça com a listagem de novas construções e ampliações é reduzir o astronômico gasto com alugueis, cerca de R\$ 9,4 milhões mensais, bem como evitar as chamadas dispersões — fóruns que funcionam em mais de um prédio.

Dos 773 prédios, apenas 371 são próprios. As prefeituras bancam as despesas com locação de 323 edifícios. Outros 79 são alugados pelo TJ.

É o caso do edifício novo do fórum de Santo Amaro, em São Paulo, que consome cerca de R\$ 750 mil mensais.

O prédio, que recebe em média 2.200 pessoas por dia, teve de ser alugado diante do crescimento da demanda judicial na região. Em população e área territorial abrangida, o fórum é o maior do Estado.

Até 2015, dividia-se em duas edificações em outros endereços. Uma delas está fechada, necessitando de reformas. A outra continua a abrigar algumas varas, mas também precisa de melhorias.

**CONTINUA**

# 27 MAI 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Falta alarme de incêndio, e os dois elevadores não dão conta das filas que se formam na entrada. Como as instalações elétricas são velhas, segundo funcionários, o imóvel costuma ficar às escuras em média duas vezes ao mês.

Procurada pela Folha, a juíza Carolina Munhoz Rossi, diretora do fórum, afirma que “o atual presidente do TJ [Manoel de Queiroz Pereira Calças] está atento aos problemas e se comprometeu a realizar as melhorias necessárias”.

O TJ não tem uma estimativa do total de recursos que seriam necessários para construir os tais 55 fóruns considerados prioritários e ampliar os outros 63 listados.

Mas afirma que, com a digitalização dos processos e a demanda menor por espaço para guardá-los, é possível erguer prédios menores do que os previstos inicialmente.

Construção e ampliação de fóruns é tarefa que, pelo sistema atual, cabe ao governo do estado, que dispõe neste ano de apenas R\$ 10 milhões em seu orçamento. Para efeito de comparação, o de Limeira, inaugurado em 2018, custou R\$ 19,6 milhões.

“Ao longo dos anos, o governo paulista não tem dado a devida atenção ao problema”, diz

Caio Augusto Silva dos Santos, presidente da OAB-SP.

Marcos da Costa, ex-presidente da entidade, afirma que “São Paulo é o único estado em que a responsabilidade de construir os fóruns cabe ao Poder Executivo.”

Para ele, caso o Judiciário tivesse autonomia e orçamento para fazer as próprias obras, a situação seria bem melhor.

A despeito dos inúmeros problemas, a cúpula do Judiciário paulista afirma que a situação tende a melhorar, mesmo considerando a crise econômica do país.

A lista das obras necessárias foi preparada pelo então presidente do TJ Paulo Dimas Mascaretti. Em janeiro, o desembargador aposentado passou a responder pela Secretaria de Justiça do Estado, órgão responsável pela construção e ampliação dos fóruns.

“É um desafio enorme, mas vamos trabalhar para conseguir mais recursos nos próximos anos”, afirma o secretário.

Segundo ele, dois novos fóruns serão inaugurados ainda neste ano em Caraguatatuba e Rio Claro. Serão realizadas também obras de acessibilidade em 43 prédios.

Em Monte Alto, onde o fórum tem laje de madeira, o prefeito João Paulo Rodrigues (DEM) lamenta a morosidade do estado. Afirma que há nove anos o município cedeu um terreno de 12 mil m<sup>2</sup> para a nova corte. Já fez as obras necessárias de infraestrutura urbana, como galeria de água e pavimentação.

“O governo só tem agora de construir”, afirma. “É uma questão de segurança”.

27 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Aumenta a proporção de mães adolescentes negras na cidade de SP

Em queda na capital, gravidez precoce passa a se concentrar entre meninas mais pobres

Marina Estarque

SÃO PAULO Luna, 17, conta nos dedos até encher a mão o número de amigas próximas que já são mães. “Cinco. É muito”, reconhece. Ela está grávida de seis meses. Para Luna, que é negra e moradora do Capão Redondo, na periferia de São Paulo, engravidar na adolescência não é incomum, apesar de ela lamentar a gestação. “Nem saiu e já é ruim”, diz.

A probabilidade de uma mãe adolescente ser negra na cidade de São Paulo aumentou nos últimos anos, segundo análise do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), realizada com base em dados do SUS e da prefeitura.

A proporção de bebês nascidos de meninas negras, entre 15 e 19 anos, passou de 56%, em 2012, para 62% em 2017, último ano com dados disponíveis.

Apesar de o número absoluto estar em queda na capital, os casos estão cada vez mais concentrados na periferia.

Em 2009, os dez distritos com os piores índices da cidade tinham 25% do total de bebês nascidos de mães adolescentes — em 2017, essa proporção passou para 31%.

Para a coordenadora do Unicef em São Paulo, Adriana Alvarenga, os dados são resultado de uma “falta de investimento histórico na redução das desigualdades intramunicipais”. Ela diz que o fenômeno tem ocorrido com outros indicadores sociais, como homicídios de adolescentes.

“Vemos essa piora da desigualdade também em outras cidades. Isso precisa ser tratado de forma urgente e estratégica, porque, quanto mais acirradas as desigualdades, mais difícil é de reverter”.

A professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa Tania Lago resalta que, enquanto o número de bebês nascidos de mães adolescentes brancas diminuiu consistentemente no período, quase 30%, para negras, houve até um aumento entre 2013 e 2015.

“As jovens brancas têm mais acesso a informação, anticoncepcionais e a formas de provocar o aborto”, afirma.

No bairro de Luna, o Capão Redondo, o número de bebês de adolescentes negras subiu 11% entre 2012 e 2017, chegando a 430. O nome da adolescente foi trocado para preservar sua identidade. Luna seria o nome do bebê, se fosse menina, e o que ela escolheu para ser chamada nesta reportagem. Seu filho vai se chamar Pietro Henrique.

Luna desconfiou que podia estar grávida quando a menstruação atrasou. “Não desceu para mim. Estava com suspeita”, conta ela, evitando certas palavras, por timidez.

A adolescente comprou um teste de farmácia, que deu positivo. “Mas eu não queria acreditar, porque teste de farmácia mente. Assim diz o povo, mas não mentiu nada.”

Luna adiou ao máximo a ida ao posto de saúde, onde recebeu a confirmação. “Fiquei pensando o que eu ia fazer da minha vida com filho atrás de mim”. A adolescente planejava fazer ensino técnico de enfermagem — “gosto de cuidar das pessoas e dos bichinhos” — e arrumar um emprego, quando ficou grávida.

O pai da criança tem 19 anos e trabalha em uma lanchonete. Ela conta que o casal usava camisinha, mas “só de vez em quando”. O jovem a chamou para morar com ele, mas Luna preferiu ficar na sua casa. “Estar com a mãe é a melhor coisa”, diz a menina, que sorri e inclina a cabeça encabulada.

Sua mãe trabalhava como auxiliar de cozinha e ganhava R\$ 1.200, mas foi demitida. Luna nasceu quando ela era adolescente, e a menina nunca conheceu o pai. A mãe de Luna sempre lhe dizia que não queria o mesmo para ela: “primeiro estuda, tem uma vida boa e só depois tem filho”.

Luna tem sentimentos divergentes com a gravidez. “É legal e é ruim. A pior parte é que as pessoas te julgam.” Uma desconhecida falou para a menina na rua que ela deveria estudar “ao invés de ficar caçando filho”. “Como se eu tivesse procurando [engravidar]”, reclama Luna.

CONTINUA

27 MAI 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Essa culpabilização da mulher é comum, diz a socióloga Nicole Campos, gerente técnica da Plan International Brasil, ONG que trabalha com direitos sexuais e reprodutivos.

“Sempre associamos gravidez na adolescência à mãe. É ela que não tomou as precauções. Mas a mulher não faz o filho sozinha, então é preciso falar de paternidade na adolescência”, diz Campos.

Alvarenga, do Unicef, concorda. “Além disso, a negociação do uso do preservativo tem muito a ver com o poder masculino perante a menina”.

A vendedora Evelin Rosa, 20, também enfrentou o julgamento dos colegas e familiares quando engravidou aos 15 anos. “Eu ia para escola de barrigão, as pessoas apontavam: ‘que menina besta’”, lembra ela, que é negra e mora no Itaim Paulista, na zona leste.

Quando teve as primeiras relações sexuais, Evelin pediu à mãe seus documentos, para marcar uma consulta no ginecologista na unidade de saúde. A mãe sumiu com os papéis para que ela não fosse.

“Meus pais não eram religiosos, mas eram muito reservados. Eu não podia nem ver beijo na TV”, diz Evelin. Ela ganhou uma cartela de anti-concepcional da amiga, mas não sabia bem como tomar e acabou engravidando.

No caso de Luna, a mãe tentou levá-la ao ginecologista, só que a menina tinha vergonha.

A mãe marcava, e Luna não ia. Quando foi ao posto, era já para o pré-natal. E aconteceu o que ela temia: foi reconhecida por uma vizinha. “Ela contou que eu estava grávida para o Brasil inteiro”, diz Luna.

Segundo especialistas, essa situação é comum. “Algumas unidades até oferecem o serviço, mas as barreiras enfrentadas pelas meninas para obter métodos contraceptivos de forma gratuita são o tabu e a vergonha”, diz Campos.

O professor de ginecologia da Unicamp Luis Guillermo Bahamondes diz que é preciso oferecer um espaço acolhedor e com privacidade para receber os adolescentes.

“A moça dos Jardins pode ir ao médico privado, a da periferia não. E se ela vai ao centro de saúde, muitas vezes só tem consulta meses depois.”

Bahamondes defende que é necessário aumentar a oferta na rede pública de métodos de longa duração, mais eficientes, como DIU de cobre e de levonorgestrel e implantes.

Alvarenga, do Unicef, diz que as políticas públicas precisam tratar o tema da sexualidade nas escolas e com as famílias, com naturalidade.

Além do tabu, outro fator de risco para adolescentes, principalmente na periferia, é a falta de um projeto de vida que inclua perspectiva de estudo e carreira. Ao mesmo tempo, a gestação precoce agrava a situação, porque é comum a adolescente deixar a escola e ter dificuldade de entrar no mercado de trabalho.

Para Evelin, a gravidez adiou os planos. “Parou a minha vida, de certa forma.” Ela queria fazer faculdade de química e ter um emprego bom para ajudar os pais e viajar. “Ainda tenho esses sonhos, mas hoje preciso ter o pé no chão”.

## CONTINUA



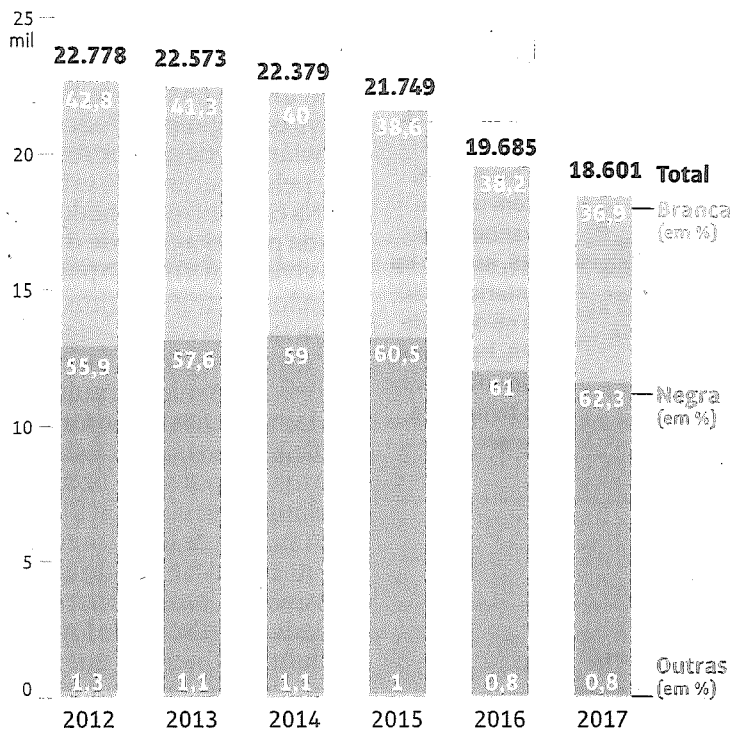
# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

# 27 MAI 2019

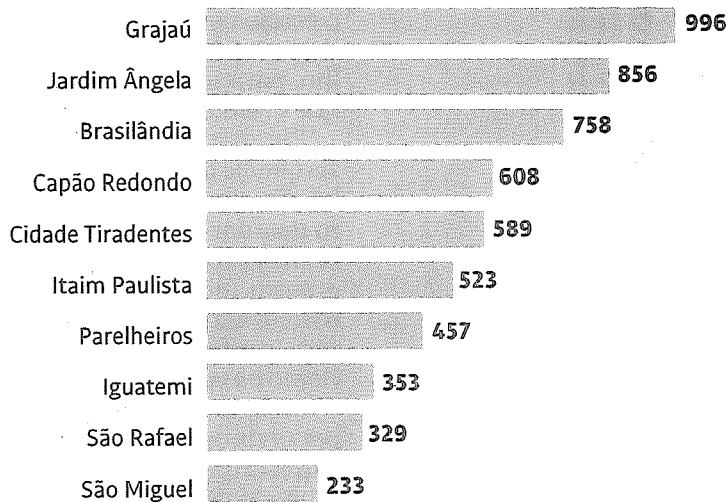
### Gestação na adolescência atinge cada vez mais meninas negras

Bebês nascidos de mães adolescentes na cidade de São Paulo (entre 15 e 19 anos)



Gestação na adolescência ficou mais concentrada na periferia e dez piores distritos representam 31% dos casos

Bebês nascidos de mães entre 15 e 19 anos em 2017



Fonte: Unicef

27 MAI 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Manifestantes esquecem o PT e escancaram o racha na direita

Rodrigo Maia, centrão e ministros do Supremo foram os alvos preferenciais do ato; MBL é chamado de traidor

Fábio Zanini

SÃO PAULO Até podiam ser vistos alguns Pixulecos na avenida Paulista, e de vez em quando alguém puxava um coro de “a nossa bandeira jamais será vermelha”.

A manifestação de apoiadores do governo, no entanto, tinha outros inimigos. Eram os “traidores”.

O centrão, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), os ministros do STF e o MBL (Movimento Brasil Livre) tomaram o lugar que durante muito tempo foi ocupado por Lula, Fernando Haddad ou Gleisi Hoffmann.

Um desavisado que aparecesse por ali com uma camiseta do deputado federal Kim Kataguirí (DEM-SP), líder do MBL, correria tanto risco quanto alguém que usasse uma do PT.

Um exemplo dessa mudança de alvos ocorreu no carro de som do grupo Direita São Paulo, quando foram lidos os nomes dos deputados federais paulistas do centrão que votaram contra a permanência do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) com Sergio Moro (Justiça).

Um a um foram vaiados parlamentares de DEM, PP, MDB, PRB e outros, com destaque para Paulinho da Força (SD-SP), chamado de “maldito”.

Os do PT e PSOL foram ignorados, porque, como justificou o locutor, destas legendas nunca se esperou apoio para as pautas do governo. Era como se tivessem sido rebaixadas a uma Série B do antibolsonarismo.

Já a direita não alinhada ao governo foi tratada como uma inimiga muito mais forte, o que revela uma disputa de espaço no conservadorismo.

O MBL apanhou muito, algo sintomático dado que era um protesto de direita. Foi chamado de “tchutchuca do centrão” e “Movimento Bumbum Livre”. Num rap improvisado, o MC Reaça mandou o movimento para a “Cuba que o pariu”, sob intensos aplausos.

Sobraram petardos também para as deputadas Janaina Paschoal (PSL), que criticou as manifestações, e Carla Zambelli (PSL), vista como tuitubeante na defesa dos atos.

“Eu tenho vergonha de ter votado na Janaina e ver que ela chegou lá e em cinco minutos nos esqueceu”, disse uma liderança do Direita São Paulo no microfone.

Muitas das pessoas ali presentes apoiavam as reformas propostas por Moro e Paulo Guedes (Economia) até com mais força do que defendiam o próprio presidente Jair Bolsonaro.

Contraditoriamente, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, um dos principais defensores da reforma da Previdência, era criticado em cartazes e palavras de ordem. Seu pecado: tentar roubar o protagonismo de Bolsonaro.

“Ele teve 67 mil votos [na verdade, 74.232] e o Bolsonaro teve 57 milhões, não dá para comparar”, disse a empresária Milcia Ghilardi, que estava com um grupo que carregava uma faixa contra o “golpe” do parlamentarismo. “Nós votamos no Bolsonaro, é ele quem deve governar, não o Rodrigo Maia”, afirmou.

Corretor de seguros, José Alexandre Acre afirmou que “Maia usa sua inteligência para o mal”. “Ele se elegeu a duras penas, não gosta do Sergio Moro e agora se aliou ao centrão.”

**CONTINUA**

27 MAI 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Outrora idolatrado em manifestações do tipo, que incluíam até o maior símbolo de prestígio da direita — seu próprio boneco inflável —, o vice-presidente, general Hamilton Mourão, foi outro a receber críticas, embora em escala menor do que a destinada ao odiado centrão.

“Ele é traíra. Tudo que o Bolsonaro fala ele é contra. É a favor do aborto, contra porte de armas, defende a Venezuela”, disse João de Andrade, bancário aposentado que veio de Araras (SP) para a manifestação.

Apesar da virulência de alguns discursos, eles ficaram no limiar da defesa da ruptura institucional, mas sem cruzar essa linha vermelha, no que parece ter sido uma orientação dos movimentos de evitar qualquer posicionamento que pudesse ser classificado como antidemocrático.

Vaias a ministros do STF, pedidos de impeachment de integrantes da corte como Dias Toffoli e Gilmar Mendes (outro que já foi visto como aliado dos que estavam na Paulista) estiveram por todo lado.

Mas, excetuando-se manifestações isoladas de pessoas mais exaltadas, não se ouviu a defesa do fim do Supremo ou do Congresso Nacional.

Ninguém lembrou, por exemplo, do cabo e do soldado mencionados por Eduardo Bolsonaro como suficientes para fechar o STF.

O máximo a que se chegava eram faixas como “A Justiça se perde com esses togados do STF”. Ou o muito aplaudido discurso de um sargento, completo com sua farda do Exército, que defendeu a mudança na forma como os ministros são escolhidos, com obrigatoriedade de serem juízes de carreira.

A Paulista estava cheia, embora não intransitável. Havia muitos empresários, profissionais liberais e estudantes universitários que defendiam as reformas. Um deles, Ericon Matheus, segurava um cartaz que dizia: “Larga esse ódio e venha amar o Guedes”.

Mas também participaram muitos desempregados e moradores de bairros periféricos, todos defendendo uma reforma que vai, em última análise, reduzir direitos, o que não deixa de ser uma demonstração de força do governo.

“Vim pelo pacote do Moro, a reforma da Previdência e contra os ministros do STF. Bolsonaro está tentando governar, mas tem a interferência do Parlamento”, afirmou José Carlos de Oliveira, 21, ajudante de pedreiro em Guarulhos (SP).

Não se perdeu totalmente o clima de domingo na Paulista. Crianças tiravam fotos em cima de um caminhão do Exército estacionado (propriedade de um colecionador). Ambulantes vendiam camisetas de Bolsonaro a R\$ 10.

Bastões de plástico branco eram distribuídos. Mas neste domingo, não eram bonecos de Lula preso, como em outras manifestações. Tinham a frase “Congresso corrupto”, com ratos passeando pelas letras.

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

Tudo como dantes

27 MAI 2019

Ministros do Supremo Tribunal Federal e integrantes da cúpula do Congresso avaliam que os atos promovidos por bolsonaristas neste domingo (26) não foram significativos a ponto de mudar a conjuntura política e deslocar o eixo de pressão do Planalto para as duas instituições que foram alvo dos protestos. A adesão foi descrita como menor do que o esperado e creditada em boa medida à figura do ministro Sergio Moro, que teria “salvado” as manifestações pró-governo.

### MÔNICA BERGAMO DE UMA VEZ

O STF deve retomar o julgamento da descriminalização do porte de drogas no começo de junho. A pauta coincide com o andamento de outro processo polêmico: o que criminaliza a homofobia.

**PRIMEIRO PASSO** De acordo com magistrados, a corte deve descriminalizar o porte ao menos da maconha.

**SANGUE** A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, levou estudantes brasileiros que fazem mestrado e doutorado nas melhores universidades da Inglaterra às lágrimas há alguns dias, ao participar do Brazil Forum UK 2019, organizado por eles.

**SUDA** Depois do evento, Dodge jantou com os jovens em um PUB de Oxford e relatou casos investigados pelo Ministério Público Federal — como o das crianças e adolescentes que entram em balsas para pedir comida no Norte do país e sofrem abuso sexual dos donos das embarcações.

**LÁGRIMAS** Diante da emoção dos estudantes, ela pediu que todos dessem as mãos. E afirmou que eles deveriam voltar ao país depois de seus cursos e empregar seus conhecimentos para ajudar os mais vulneráveis. “Nós não podemos mais deixar ninguém para trás no Brasil”.

26 MAI 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Algazarra autoritária

**Instituições democráticas constrangeram o presidente e o impediram de engrossar o coro de manifestações anômalas marcadas para hoje**

Os atos marcados para este domingo (26) no país estão envolvidos numa névoa de incerteza. Não se sabe bem a que vieram, nem tampouco quem exatamente os estimula.

Fala-se em reafirmar respaldo ao presidente Jair Bolsonaro (PSL). Cogita-se criticar o chamado centrão e a “velha política”. Ensaia-se um grito em defesa da Lava Jato.

Parte dos agitadores hostiliza o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Um líder caminhoneiro prometeu que haverá tumulto de norte a sul e um cerco de veículos à sede do Legislativo federal, qualificado por ele de “câncer”.

Em mais de três décadas de regime, pela primeira vez as instituições democráticas no Brasil têm de lidar com rebentações políticas abertamente autoritárias. A situação se complica porque o presidente elegeu-se com o apoio desses grupos, os quais adului.

Não se pode perder de vista, no entanto, a dimensão ainda diminuta desses nichos de truculência e, sobretudo, a repulsa crescente que suas invectivas têm despertado em organizações civis e estatais.

Após testar as águas, Bolsonaro parece ter percebido o risco de isolamento em que incorreria se contribuísse para inflamar as manifestações deste domingo. Afirmou que não iria aos atos e desestimulou a participação de seus ministros. Também criticou os vitupérios contra o Supremo e o Congresso.

Instinto político, mais que con-

vicção, motivou o presidente, pois o quadro não favorece aventuras.

Enquanto o governo exhibe desnorтеio, o Congresso tolhe prerrogativas e desejos do Planalto e vislumbra uma agenda própria de votações. O vice-presidente toma distância cautelar das confusões promovidas ou toleradas pelo titular.

O Ministério Público avança na investigação de atividades atípicas no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro, hoje senador. O Parlamento alerta para o desbordo do Executivo no decreto das armas e ameaça derrubá-lo.

Multidões foram precocemente às ruas desafiadas pela boçalidade de um ministro destrambelhado.

As instituições reprimem, assim, o elemento despótico associado à ascensão de Bolsonaro. Reiteram ao presidente que o caminho para realizar seu plano de governo não admite desvio do Estado de Direito.

A convocação temporã de atos em prol do presidente da República é uma anomalia. “Protestos a favor” de quem detém o poder raramente se revestem de intenções virtuosas. Com frequência objetivam enfraquecer os mecanismos de controle que impedem o chefe circunstancial do Executivo de atuar como se fosse um imperador.

Graças a esses mecanismos, Bolsonaro não pôde engrossar o coro dos radicais que prometem ir às ruas hoje. Ainda assim, é preciso estar atento à escala e às mensagens dessa algazarra autoritária.

FOLHA DE S. PAULO 26 MAI 2019

DANIO DE FREITAS

## Sinais do risco

A democracia começa a ficar fora de controle

As palavras, a forma, variam um pouco. O motivo é invariável. “A democracia está em risco?” / “resistirá por quatro anos?” / “vão esperar que aconteça o quê?”

As perguntas são também respostas preliminares, como expressões de um sentimento que se espraia e se aprofunda. Indagações inquietas são percebidas até em parlamentares vividos que se apresentaram, no início da legislatura, dispostos a apoiar Bolsonaro.

Enganam-se os que difundem as sucessivas derrotas de Bolsonaro e Sergio Moro no Congresso como represália, por falta de toma lá dá cá, ou falha de coordenação no governismo. Bolsonaro tentou. Mas as promessas de mais ministérios para mais nomeações e, ainda melhor, de R\$ 1 bilhão para destinação pelos parlamentares não evitaram as derrotas dele e de Moro.

Bolsonaro é adepto confesso de ditadura. Os contatos que seus emissários têm buscado, no exterior, são com os governantes opressores, na Hungria, na Polônia, na Itália, em Israel.

Não é à toa, claro. Tanto pode ser para uma rede de apoios mútuos do direitismo extremado, como —o mais provável— para coleta de vitoriosos modelos de avanço sobre o Legislativo e o Judiciário.

Não falta quem esteja atento, na Câmara e no Senado brasileiros, para os atos de desgaste que Bolsonaro lhes dirige. Agora adotados também por Paulo Guedes, com sua ameaça, recebida como chantagem política, de deixar o governo se a “reforma” da Previdência não sair do Congresso ao seu

agrado. O provável é que Paulo Guedes se surpreenda com a resposta prática à ameaça.

A liberação da posse armas, inclusive de fuzis no decreto original, recebeu várias explicações. Fora delas, eis a recomendável: é, no mínimo, uma provocação, de variados alcances. O que não exclui outros objetivos possíveis. O argumento de que Bolsonaro cumpriu o que disse na campanha só é aplicável por bobos e cínicos. E aceito por bobos e distraídos. Bolsonaro disse também, por exemplo, que ia retirar o Brasil da ONU. Onde está a palavra dada nessa e em tantas outras malquices de igual quilate? Ocasões para cumpri-la não faltaram, em seus cinco meses de tanta enrolação e nenhum momento produtivo.

Tanto quanto a Bolsonaro, a liberação de armas põe em questão os quase incontáveis militares do governo: nem um só foi capaz de uma atitude, uma palavra ao menos, em favor do bom senso e da vida civil. Há meia dúzia de meses, o Exército estava ainda como interventor no Estado do Rio e em operação no Rio Grande do Norte contra ataques de quadrilhas. Essas ações do Exército confirmam a responsabilidade que assume pela segurança da população. Responsabilidade inconciliável com a medida que não diminui a insegurança, só pode aumentá-la. Ainda assim, aceita e avalizada pelo silêncio dos generais que, não adiantam as negações, representam o Exército no governo mais do que o próprio Ministério da Defesa.

A democracia começa a ficar fora de controle. Com ela, Bolsonaro nunca teve compromisso, nem quando congressista. Se os generais representantes do Exército e o Ministério da Defesa aceitam medida contrária à segurança pública que a Constituição lhes atribui, o risco vai mais longe. É também institucional: os militares expõem a possibilidade de sua maior concordância com Bolsonaro do que a democracia suportaria. É uma hipótese em aberto. Clareada em um ou em outro sentido, servirá de base para uma resposta objetiva àquelas perguntas iniciais.

No que a democracia depender de Bolsonaro, o já indiscutível é sucinto: estamos diante de uma aberração.

# FOLHA DE S. PAULO

## HÉLIO SCHWARTSMAN Um presidente reativo

26 MAI 2019

SÃO PAULO. Jair Bolsonaro se meteu numa encrenca. Não, não falo de ele ter assumido a Presidência, mas da convocação de seus apoiadores para participar de manifestações pró-governo neste domingo. Do nada, o presidente criou para si o que os americanos chamam de “lose-lose situation”, isto é, colocou-se numa posição em que, não importa o que ocorra, ele sairá perdendo.

Se as manifestações não reunirem um público grande, ou seja, se der para carimbar que foram um fracasso, o governo terá dado uma inédita demonstração de fraqueza — e com apenas cinco meses de mandato.

Se, por outro lado, os protestos ficarem apinhados de gente, a pressão sobre o Congresso e o STF tornará mais tenso o relacionamento entre os três Poderes, dificultando o futuro de sua administração, que depende do Legislativo e do Judiciário para concretizar praticamente todos os seus projetos.

Mesmo no mais verossímil cenário de copo meio cheio, meio vazio, no qual as manifestações não possam ser classificadas nem como fiasco nem um retumbante sucesso, Bolsonaro não sai incólume. Ele já perdeu pontos ao expor divisões entre seus apoiadores. Grupos fortemente vinculados ao presidente, como o MBL e o Vem pra Rua, anunciaram publicamente que não estariam nos atos. O próprio Bolsonaro pulou fora, e proibiu ministros de participar.

A estratégia de aticar as massas contra o Legislativo e Judiciário só faria sentido se o presidente tivesse planos reais de investir contra os dois Poderes. E, mesmo assim, a abordagem racional teria exigido que atacasse com carga total, não que, no instante seguinte, se pusesse a temporizar e esvaziar os protestos.

A sensação que fica é a de que o presidente não tem um plano muito definido do que fazer para lograr seus objetivos. Ele apenas reage, com base em instintos, aos acontecimentos. Como nada indica que mudará de atitude, devemos esperar três anos e meio de muitos sobressaltos e inconstâncias.



26 MAI 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL Nem amada nem temida

A movimentação de Raquel Dodge para permanecer no comando da PGR ampliou sobremaneira a rejeição de parte da categoria ao nome dela e a determinação do Congresso de, caso seja mesmo indicada, questionar minúcias dos compromissos que firmou com Jair Bolsonaro. Senadores avisam que, se for reconduzida pelo presidente, Dodge terá que dizer em sabatina que tipo de encaminhamento daria à investigação de Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), hoje a cargo do Ministério Público do Rio.

**TIRO DE ALERTA** Dodge é alvo de críticas dentro do Ministério Público Federal há tempos — o que levou uma ala da Procuradoria a isolá-la. O fato de ela ter voltado à lista de cotados para comandar a PGR ampliou a irritação. Seus adversários dizem que Bolsonaro pode abrir uma guerra no órgão se optar pela recondução.

**VÁ SÓ** Procuradores que resistem a um novo mandato de Dodge afirmam que, a essa altura do campeonato, ela teria dificuldade até de montar nova equipe. Parte do time que a acompanha hoje já teria avisado que não está disposto a permanecer — e ao longo da gestão ela sofreu ao menos três importantes defecções.

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance. É doutor em economia pela USP

# Encarceramento e criminalidade

## Encarcerar bandidos contumazes reduz o crime; prender o ladrão de galinha eleva

Reportagem publicada no caderno Cotidiano desta Folha, na sexta-feira (24), afirma que “a redução dos índices de criminalidade, em especial a queda das taxas de homicídio, não tem ligação direta com o aumento do encarceramento de pessoas nas duas últimas décadas, de acordo com especialistas”.

Trata-se de afirmação muito forte. Estabelece a ausência de relação causal entre encarceramento de criminosos e redução de homicídios.

Lendo a coluna, os “especialistas” ouvidos pela reportagem não parecem se basear em estudos quantitativos e estatisticamente controlados. Parece somente que há uma crença na ineficácia do encarceramento.

O tema é complexo. Hipótese muito difícil de ser testada. Há causalidade reversa. Provavelmente, maior encarceramento reduz crime, já retorno ao tema, mas, por outro lado, os encarceramentos ocorrem com maior frequência quando o crime se eleva.

Essa é a maior dificuldade em ciência social: separar correlação de causalidade. É possível que maior encarceramento cause redução da criminalidade e que simultaneamente a evidência empírica indique correlação positiva entre ambos, isto é, que encarceramento e criminalidade caminhem juntos.

Além da complexidade empírica, fruto da causalidade reversa, há complexidade teórica, isto é, há efeitos causais nas duas direções. A literatura identifica três efeitos sobre a criminalidade ligados ao encarceramento. O efeito incapacitação, o efeito dissu-

asivo e o efeito sobre a reincidência (a prisão como “escola do crime”).

Os dois primeiros estabelecem causalidade negativa entre encarceramento e criminalidade — maior encarceramento reduz a criminalidade —, e o terceiro, o contrário.

Em qualquer sociedade, poucas pessoas são homicidas contumazes. Ao encarcerar um homicida, este se torna incapaz de cometer homicídios, pois sai de circulação. Adicionalmente, a expectativa de ser punido o dissuade do ato criminoso.

Finalmente, o encarceramento de ladrões de galinha ou de adolescentes, que ainda não passaram pelo aprendizado do crime, eleva os homicídios pelo efeito de aprendizado.

Uma evidência robusta para a Itália ([bit.ly/2QvTcKB](https://bit.ly/2QvTcKB)) sugere que o efeito incapacitação é significativo e decrescente quando os níveis de encarceramento crescem muito.

Há evidência, para a Inglaterra, de que o efeito dissuasivo também é importante ([bit.ly/2WrrKX7q](https://bit.ly/2WrrKX7q)).

E, para a Argentina ([hbs.me/2WoS94n](https://hbs.me/2WoS94n)), de que o emprego de tornozeleira eletrônica reduz a reincidência em comparação com o encarceramento.

A conclusão geral vai ao encontro do senso comum: encarcerar bandidos contumazes e homicidas reduz a criminalidade, mas encarcerar mal, isto é, ladrão de galinha ou jovens que estão no período de aprendizado, deve elevar a criminalidade.

Está em tramitação no Congresso Nacional a medida provisória 881, conhecida por Lei da Liberdade Econômica.

O texto precisa de inúmeros ajustes, caso contrário o resultado da nova legislação será o oposto do pretendido. Por exemplo, no 3º inciso ao 3º artigo da legislação, lê-se que são direitos de toda pessoa “não ter restringida, por qualquer autoridade, sua liberdade de definir o preço de produtos e de serviços como consequência de alterações da oferta e da demanda no mercado não regulado, ressalvadas as situações de emergência ou de calamidade pública, quando assim declarada pela autoridade competente”.

Fico a imaginar o intervencionismo sobre os preços de um governo populista.

25 MAI 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### **Toffoli anuncia painel de mídia e entidades jurídicas contra fake news**

SÃO PAULO O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, anunciou que em junho será lançado um painel multisetorial de checagem de informações e combate a fake news, em parceria com veículos de comunicação, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e entidades de classes de magistrados.

“Estaremos trabalhando com o objetivo de alertar os leitores e os internautas sobre os perigos do compartilhamento de informações duvidosas, além de orientar sobre como checar a veracidade das notícias que recebem”, disse Toffoli.

“Iniciativas como essa são necessárias tendo em vista que a Justiça brasileira tem lidado diariamente com temas sensíveis e que podem afetar a vida dos cidadãos, se o teor de suas decisões for distorcido.”

O anúncio foi feito no evento “Fake News - Desafios para o Judiciário”, promovido nesta sexta-feira (24) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

O diretor de Redação da Folha, Sérgio Dávila, comentou o momento do jornalismo profissional diante das

notícias falsas. “A tarefa precípua do jornalismo é separar as news das fake news e publicar as news”, disse Dávila. “A diferença agora é que as fake news encontraram nas redes sociais um acelerador de partículas que as torna quase irresistível.”

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, também comentou o papel que a imprensa pode desempenhar neste cenário.

“A imprensa precisa decidir se quer ter o papel de induzir o comportamento dos seus eleitores, segundo algum tipo de viés político e ideológico, ou aprofundar aquele seu papel fundamental que é exatamente o de informar com clareza e com limpidez. Este me parece que é o grande papel histórico da imprensa neste momento”, disse Lewandowski.

O ministro do STF lembrou ainda as consequências das fake news, como a ascensão de teorias que colocam em dúvida se a Terra é redonda e até o heliocentrismo.

“Aqui tiveram fake news que avançaram sobre as vacinas”, disse Lewandowski ao apontar a volta do sarampo, doença erradicada até bem pouco tempo. Walter Nunes

25 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Testes aleatórios em currículos públicos indicam que há mentiras

Tanto a plataforma Lattes quanto o LinkedIn são alimentados pelos próprios usuários, sem verificação



O governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), que declarou ter feito pós-graduação em Harvard Pedro Teixeira - 22.mai.19/Ag. O Globo

Sabine Righetti  
e Estêvão Gamba

SÃO PAULO A retratação recente de duas personalidades públicas brasileiras que afirmavam ter passagens acadêmicas pela Universidade Harvard (EUA) — o que não era verdade — colocou em xeque o uso de informações sem verificação de currículos criados pelos próprios usuários, como Lattes e LinkedIn.

No dia 14 de maio, O Estado de S.Paulo revelou que a química premiada Joana D'Arc Félix de Sousa, 55, não tinha

pós-doutorado na renomada universidade norte-americana como afirmava em seu currículo (e em entrevistas).

Na quarta (22) foi a vez do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), excluir do seu currículo o trecho que trazia a informação de que ele havia feito parte de um doutorado também em Harvard — o que não aconteceu.

Os currículos acadêmicos no Brasil, como de Félix e Witzel, disponibilizados na plataforma Lattes, são autoinformados pelos usuários. Isso significa que os próprios profissionais preenchem informações sobre cursos, publicações

científicas, patentes e prêmios que tenham recebido.

A mesma coisa acontece com o LinkedIn, rede social que reúne currículos de profissionais de todo o mundo. Também lá, são os usuários que preenchem informações sobre cursos e experiências profissionais progressas em seus perfis criados apenas a partir de nome, email e CPF.

Nos dois currículos públicos, no entanto, não há verificação das informações. O usuário pode simplesmente mentir.

**CONTINUA**

25 MAI 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Em 2016, o RUF (Ranking Universitário Folha), que classifica as instituições de ensino superior do país, estudou usar dados das bases do LinkedIn e do Lattes para avaliar a trajetória de quem tem um diploma universitário no país.

O RUF é produzido desde 2012 a partir de dados de bases nacionais e internacionais, informações oficiais de agências de fomento à ciência estaduais e federais e pesquisas de opinião do Datafolha.

Uma das ideias era verificar no LinkedIn e no Lattes a empregabilidade dos usuários de acordo com seu curso e instituição de ensino superior. Ou seja: queríamos saber quais cursos de quais instituições tinham mais egressos em posição de destaque.

Testes aleatórios no LinkedIn mostraram informações equivocadas fornecidas pelos usuários. Alguns profissionais que apontavam determinadas escolas renomadas como sua formação principal (de graduação ou de pós-graduação), na verdade, tinham feito cursos rápidos naquelas escolas que nem sequer fornecem titulação. O Lattes apresentou problemas parecidos.

A Folha não conseguiu contato com o CNPq, que abriga a plataforma Lattes.

Já a assessoria do LinkedIn afirmou que “não possui ferramentas que verifiquem automaticamente as informações que os usuários incluem em seus perfis” (só no Brasil são 38 milhões de usuários).

Disse ainda que os usuários concordam em não “criar uma identidade falsa no LinkedIn, publicar informações incorretas no seu perfil, criar um perfil de usuário para alguém que não seja você (uma pessoa física), ou utilizar ou tentar utilizar a conta de outra pessoa”.

Os usuários do

Lattes também se comprometem a disponibilizar informações fidedignas em seus perfis.

Quem pretende usar os dados de currículos públicos para tomar uma decisão, como um empregador, por exemplo, pode solicitar comprovações das informações apresentadas pelos usuários.

Isso é prática comum nas agências de fomento à ciência e nas instituições públicas de ensino e de pesquisa brasileiras (por exemplo, em concursos públicos ou em promoções de cargo). Nesses processos, os cientistas devem comprovar sua produção intelectual apresentada no Lattes por meio, por exemplo, de cartas de aceites de estudos científicos, certificados de participação e diplomas originais.

Por enquanto, seguimos sem saber quais instituições do país têm mais egressos em posição de liderança em carreiras como engenharias, direito ou administração. Essas informações seriam importantes não apenas para o RUF, claro, mas para o desenho de políticas públicas de ensino superior no país.

25 MAI 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### Militares soltos

É difícil encontrar justificativa para a ação da patrulha do Exército que matou o músico Evaldo Santos Rosa, em abril, no Rio de Janeiro.

Segundo o Ministério Público Militar, foram disparados 257 tiros de fuzil e pistola durante a ação, dos quais 62 acertaram o automóvel em que estavam a vítima, seu sogro, a mulher, o filho de sete anos de idade e uma amiga. Também morreu o catador Luciano Macedo, que tentou auxiliar a família.

Os militares agiram com flagrante despreparo, desconsideraram os protocolos de abordagem e assumiram que poderiam atirar para matar sem que sofressem ameaça — e, pior, sem que tivessem certeza de quem se encontrava no carro.

Apenas uma lógica belicista poderia considerar natural que assim se procedesse caso os ocupantes fossem traficantes ou criminosos de outra natureza, ignorando-se por completo a possibilidade de prendê-los e libertá-los.

Na quinta-feira (23), o Superior Tribunal Militar decidiu pela concessão de habeas corpus aos nove detidos acusados pelo crime.

Dez ministros deliberaram nesse sentido; registraram-se apenas um voto pela permanência da prisão preventiva e outros três favoráveis à libertação acompanhada de medidas cautelares.

O ministro José Barroso Filho propôs o recolhimento domicili-

ar dos acusados durante a noite, a proibição de porte de arma em atividades externas e o veto à participação em ações de Garantia da Lei e da Ordem — aquelas nas quais militares exercem papel de polícia. Há sem dúvida argumentos jurídicos para embasar o habeas corpus, embora possam pairar dúvidas sobre a segurança dos sobreviventes e de testemunhas que deverão ser ouvidos pela Justiça.

É natural, diante da brutalidade da ação e de casos de arbítrio policial e militar observados no dia a dia do país que tais pessoas sintam-se intimidadas. Cabe ao Estado garantir que não sejam vítimas de agressões e ameaças.

Não deixa de despertar apreensão o fato de que os autores dos disparos estejam sendo julgados pela Justiça Militar. Crimes dolosos cometidos por militares contra a vida de civis passaram a ser da alçada da Justiça comum em 1996, mas tal prescrição foi revogada em 2017 por lei sancionada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB).

O Congresso e o mandatário procuraram, com essa providência controversa, dar respaldo à atuação, nem sempre justificável, das Forças Armadas em operações de combate ao crime. Será uma lástima se a nova regra servir para que o espírito corporativo prevaleça sobre o rigor da lei e a imparcialidade que se espera dos tribunais.

### Militares que fuzilaram músico no Rio são soltos

RIO DE JANEIRO | UOL Foram liberados, na sexta (24) os nove militares envolvidos na ação que resultou nas mortes do músico Evaldo Rosa dos Santos, cujo carro foi alvejado com rajadas de tiros em Guadalupe, na zona norte do Rio de Janeiro, e do catador de materiais recicláveis Luciano Macedo, no dia 7 de abril.

Presos desde o dia da morte de Evaldo, os militares tiveram a liberdade concedida quinta (23), por decisão do STM (Superior Tribunal Militar), por 11 votos a 3.

# Legalismo autocrático

## O que há de novo é uma tentativa de legitimar o arbítrio

A lealdade à Constituição é um pressuposto fundamental para a sobrevivência do jogo democrático. Neste domingo (26), diversos grupos e facções irão às ruas defender as reformas propostas pelo governo Bolsonaro & Filhos. Os mais radicais, movidos pela ideia de que o "país é ingovernável", também reivindicarão o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, além de uma imediata intervenção militar. Essas vindicações abastalhadas, felizmente, parecem ter afastado os liberais das manifestações. Até o presidente, ontem simpático à ditadura e à tortura, viu-se obrigado a criticar a convocação.

Isso é bom, mas não chega a ser uma garantia de que a Constituição não esteja ameaçada. O enredo do populismo autocrático é mais sinuoso e sofisticado do que o dos autocratas do passado, com seus tanques. No populismo contemporâneo, o lastro eleitoral e as prerrogativas institucionais são utilizadas como armas para fragilizar os limites constitucionais ao exercício do poder, os procedimentos de participação da sociedade, as regras de transparência, as garantias do estado de direito e, em especial, os direitos de grupos demonizados pelo regime, que podem ser imigrantes, ativistas, indígenas ou "inimigos" de toda ordem.

Quando os novos populistas dispõem de ampla maioria parlamentar, as emendas constitucionais tendem a ser a ferramenta natural para se subtrair da Constituição sua

essência garantista. Aqui, a falta de uma maioria parlamentar e a própria disposição das instituições, que exigem um alto grau de consenso político para a promoção de mudanças, têm servido de anteparo a medidas mais constitucionalmente perversas.

O que temos assistido é um ataque multifacetado e difuso ao sistema de direitos que, a bem da verdade, jamais chegou a se consolidar no Brasil. A violência contra indígenas, mulheres, negros, homossexuais e suspeitos em geral, para não dizer da negligência em relação aos direitos a uma existência digna, como trabalho, saúde e educação, não constituem uma invenção deste governo. O que há de novo é uma tentativa de legitimar o arbítrio; transformando o que antes era violação em algo legal, ou simplesmente eliminando ou fragilizando os mecanismos de apuração e fiscalização, de forma a que violadores fiquem isentos de qualquer reponsabilidade perante a lei. Como se o direito tivesse um dono, que dele pudesse fazer o que quer.

Múltiplas são as estocadas institucionais, tanto federais como estaduais, voltadas a provocar uma paulatina erosão das garantias constitucionais. Cito apenas algumas: desmonte das estruturas de combate ao trabalho escravo; desprezo pela Convenção 169 da OIT, que assegura direitos essenciais dos povos indígenas; ampliação das hipóteses de exclusão de punibilidade de agentes de segurança; veto ao comitê contra

a tortura e proposta de fechamento da Ouvidoria da Polícia, em São Paulo; eliminação dos conselhos de participação da sociedade civil na administração federal; interferência na autonomia universitária; ampliação do acesso e porte de armas contra a lei; saída do pacto global de imigração; isso sem falar no patrocínio e aumento às execuções extrajudiciais, especialmente no Rio de Janeiro.

Essas são apenas algumas amostras do que Kim Scheppelet chama "legalismo autoritário". Liberais e progressistas precisam deixar claro que aquilo que os separa não suplantam o que têm em comum: a lealdade ao constitucionalismo democrático.



25 MAI 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Ministério Público busca blindagem para proteger acordos com delatores

Comissão foi encarregada de estudar assunto após empresas decidirem pagar indenizações milionárias a executivos que viraram colaboradores

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO O Ministério Público Federal está em busca de uma vacina para proteger os acordos de delação premiada negociados por seus integrantes contra um novo tipo de questionamento, provocado pela decisão de várias empresas de pagar indenizações milionárias a executivos que se tornaram colaboradores.

Uma comissão responsável pelo monitoramento dos acordos foi encarregada de estudar o assunto e propor orientação aos procuradores. O objetivo é evitar que a prática adotada até aqui alimente dúvidas sobre a legalidade das delações e coloque em risco as investigações em curso e seus desdobramentos na Justiça.

Empreiteiras atingidas pela Operação Lava Jato gastaram centenas de milhões de reais nos últimos anos para pagar multas, despesas com advogados e indenizações a ex-funcionários que confessaram crimes e colaboram com investigações sobre corrupção.

Essa prática nunca foi segredo para os procuradores do outro lado da mesa e sempre foi considerada essencial para assegurar a cooperação dos executivos, mas começou a criar desconforto por causa de questionamentos de advogados, delatores e acionistas.

“Não há como o Ministério Público se imiscuir nas tratativas das empresas com seus

funcionários, mas é preciso evitar que gerem insegurança sobre a legalidade das colaborações”, diz a procuradora Samantha Dobrowolski, coordenadora do grupo encarregado de examinar o assunto.

Nos últimos meses, seis ex-funcionários da Odebrecht que colaboram com a Lava Jato foram questionados sobre os pagamentos da empresa ao depor como testemunhas nos processos em andamento em Curitiba. Eles admitiram que continuaram recebendo da empresa após se tornarem delatores e serem demitidos.

Os questionamentos foram feitos por advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de outros réus e causaram incômodo. Procuradores manifestaram contrariedade com as perguntas, e os delatores evitaram dar explicações detalhadas sobre os pagamentos que recebem.

Numa audiência em junho, uma pergunta sobre o tema foi vetada pelo então juiz federal Sergio Moro, que conduziu os processos da Lava Jato em Curitiba até deixar a magistratura para participar do governo Jair Bolsonaro (PSL). “Não vejo pertinência a uma coisa que é feita pela empresa e uma coisa que é feita no acordo [de colaboração]”, disse.

Além de assumir despesas com multas e advogados, a Odebrecht se comprometeu

a compensar os ex-funcionários pela perda de bens confiscados pelas autoridades e por danos causados à sua reputação pessoal, já que a exposição dos crimes praticados dificulta para a maioria a volta ao mercado de trabalho.

Os pagamentos são mensais e os valores são próximos dos salários que eles recebiam quando trabalhavam para a Odebrecht, segundo delatores e advogados consultados pela Folha. Todos têm a garantia de que receberão o dinheiro até o cumprimento das penas previstas pelos acordos fechados com o Ministério Público.

Até o fim do ano passado, a Justiça arrecadou R\$ 533 milhões com multas devidas pelos 77 executivos da Odebrecht que se tornaram colaboradores em 2016, segundo balanço divulgado pelo Supremo Tribunal Federal. Procurada pela Folha, a empresa não quis se manifestar.

Para o advogado Cristiano Zanin Martins, que defende Lula, o vínculo mantido pela empresa com os delatores mina sua credibilidade. “Eles são pagos para sustentar versões, e os pagamentos põem em xeque a voluntariedade exigida pela lei no processo de colaboração”, diz.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO 25 MAI 2019

## CONTINUAÇÃO

Mas procuradores e advogados que participaram da negociação desses acordos afirmam que mecanismos previstos pela legislação minimizam os riscos. Delatores devem apresentar provas, ou apontar aos investigadores o caminho para encontrá-las, e estão sujeitos a punição se mentirem ou esconderem informações.

“A possibilidade de um colaborador mentir ou omitir fatos de que tenha conhecimento existe mesmo sem as indenizações das empresas, e os mecanismos previstos pela legislação tornam esse tipo de comportamento muito arriscado”, afirma Dobrowski.

Cinco ex-funcionários da empreiteira OAS que fecharam acordos de delação premiada com o Ministério Público no ano passado receberam indenizações dos controladores da empresa quando as negociações com os procuradores estavam no início, em 2016.

Cada um recebeu cerca de R\$ 6 milhões, pagos como se fossem uma doação do ex-presidente da OAS Léo Pinheiro e do seu principal acionista, César Mata Pires. Outros três executivos da empresa que se tornaram delatores não tiveram indenização, e um deles reclamou à Justiça do Trabalho, mas o pedido foi recusado.

Ao recorrer ao Superior Tribunal de Justiça contra a condenação de Lula no caso do triplex de Guarujá, a defesa do ex-presidente usou o exemplo para tentar desqualificar o testemunho de Léo Pinheiro, que foi crucial para incriminar o petista. Mas os ministros do STJ concluíram que as indenizações pagas aos delatores da OAS nada tinham a ver com o caso de Lula e descartaram o exame do assunto.

Em abril deste ano, acionistas do grupo CCR aprovaram um pacote de indenizações para 15 ex-funcionários que aceitaram colaborar com a Lava Jato. O programa da empresa prevê pagamentos mensais aos executivos por cinco anos e gastos de R\$ 71 milhões, sem contar as despesas com multas e advogados.

Acionistas minoritários criticaram o pacote, mas os controladores da CCR — Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa e o grupo Soares Penido — prevaleceram com o argumento de que o acordo com a Lava Jato era essencial para a sobrevivência da empresa e teria sido inviável sem a cooperação dos executivos.

Para o diretor-executivo da Transparência Internacional no Brasil, Bruno Brandão, os acordos com ex-funcionários reduzem a confiança nos programas das empresas para aperfeiçoar controles internos. “Se a empresa indica que pode se responsabilizar por tudo, é como um incentivo para o comportamento criminoso.”

### o que as empresas deram aos delatores

#### ODEBRECHT

Em 2016, quando fechou acordo com a Lava Jato, a empreiteira garantiu a 77 executivos que se tornaram delatores que assumiria **responsabilidade por multas e despesas** com advogados e pagaria uma **indenização para compensar bens confiscados e danos causados à reputação** dos profissionais. A empresa já pagou R\$ 533 milhões em multas

#### OAS

Cinco ex-funcionários da empreiteira que fecharam acordos de delação premiada no fim do ano passado receberam **pagamentos dos controladores da empresa** em 2016, quando as negociações com a Lava Jato estavam nas preliminares. Cada um recebeu cerca de R\$ 6 milhões

#### CCR

O grupo, que controla concessões na área de infraestrutura, fechou acordo com a Lava Jato em março e anunciou **pacote de indenizações** para 15 executivos que cooperaram com as investigações. Eles receberão **pagamentos mensais por cinco anos**, no valor total de R\$ 71 milhões, e a empresa também assumirá **despesas com multas e advogados**

25 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Justiça bloqueia R\$ 3,6 bi de MDB-RO, PSB, políticos e empresas na Lava Jato

## Ação mira suspeitos de improbidade em contratos da Petrobras, entre eles líder do governo no Senado

BRASÍLIA E SÃO PAULO O TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) determinou o bloqueio de ao menos R\$ 3,6 bilhões de MDB de Rondônia, PSB, políticos e empresas investigados pela Operação Lava Jato. A ação foi movida pela força-tarefa da operação no MPF (Ministério Público Federal) no Paraná.

Segundo a Lava Jato, a decisão é sobre esquemas na Petrobras em contratos com a construtora Queiroz Galvão, e também sobre o pagamento de propinas referentes à CPI da Petrobras em 2009.

Na decisão, o TRF-4 apontou a existência de indícios da prática de atos de improbidade por líderes de partidos e agentes públicos.

Também são atingidos pela ação políticos como Valdir Raupp (MDB-RO), Fernando Bezerra Coelho (atual MDB-PE, ex-PSB), Eduardo da Fonte (PP-PE). Já falecidos, os políticos Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Eduardo Campos (PSB-PE) terão seus espólios envolvidos no bloqueio.

Bezerra é o atual líder do governo de Jair Bolsonaro (PSL) no Senado. Ele já apresentou recurso ao TRF-4.

Sobre Bezerra Coelho, a acusação é de que, em 2010, quando ele era secretário de Desenvolvimento de Pernambuco e dirigente do Porto Suape, ele R\$ 20 milhões para a campanha de reeleição de Eduardo Campos ao governo estadual.

A Lava Jato acusa políticos do MDB, do PP e do PSB de se beneficiarem de propina pagas pela Queiroz Galvão por esquemas com a Petrobras. A Procuradoria acusa Raupp de ter feito parte do núcleo político do MDB no Senado que sustentava Paulo Roberto Costa na diretoria de Abastecimento da Petrobras. Costa já foi condenado por envolvimento com a Lava Jato.

A respeito de Eduardo da Fonte e Sérgio Guerra, o MPF diz que eles "receberam propina para que a CPI da Petrobras em 2009 não tornasse público e cessasse o esquema de pagamento de propinas" provenientes de contratos entre a Petrobras e empresas.

O valor imposto ao MDB de Rondônia e a um grupo de pessoas e uma empresa foi calculado da seguinte forma: cerca de R\$ 108 milhões são referentes a danos causados a Petrobras.

Sobre essa quantia, foi aplicada uma multa de três vezes desse valor. Há outros R\$ 487 milhões sobre lucro conquistado de maneira ilícita em contatos da Petrobras. Houve uma multa equivalente a duas vezes essa última quantia.

Para o PSB, R\$ 40,7 milhões são referentes a enriquecimento ilícito de terceiros com contratos da Petrobras. Essa quantia multiplicada por três é a multa aplicada. Ainda há quase R\$ 218 milhões sobre lucro ilícito

em razão de esquemas na Petrobras. Esse valor, multiplicado por dois, também se refere a multa.

Os bloqueios dos valores envolvendo MDB e PSB não alcançam verbas do fundo partidário porque elas são impenhoráveis, de acordo com a lei.

As decisões sobre valores que envolvem mais de uma pessoa têm uma razão. "Havendo solidariedade entre os corréus da ação até a instrução final do processo, o valor a ser indisponibilizado para assegurar o ressarcimento ao erário deve ser garantido por qualquer um deles", escreveu a juíza federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, relatora do processo no TRF-4.

Na decisão, a juíza diz que "não é exigível a descrição pormenorizada da atuação de cada réu" porque isso ainda será analisado. No momento, ela disse que basta "a indicação de sua vinculação às irregularidades apontadas" pelo MPF.

A defesa do senador Bezerra Coelho afirmou que as acusações não se sustentam e que o STF já arquivou um inquérito com as mesmas suspeitas, sob o argumento de que as provas não eram suficientes.

**CONTINUA**

25 MAI 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Além disso, a defesa de Bezerra diz que a ação de improbidade administrativa está prescrita em relação ao senador e que já ingressou com “medidas jurídicas cabíveis para que sejam reconhecidos os equívocos da decisão”.

O PSB diz que a única acusação contra o partido “baseia-se na suposição” de que doações para a campanha de Campos eram irregulares, e lembra que o STF já inocentou Bezerra sobre o caso. Para o partido, o valor do bloqueio também é “indevido, precipitado e exorbitante”.

Procurado, o deputado federal Eduardo da Fonte (PP-PE) afirmou ter ficado “surpreso pelo absurdo”. Segundo ele, “esse caso já foi rejeitado pelo STF”. “Confiamos na Justiça para que possamos esclarecer esses fatos. A verdade prevalecerá”, disse, em nota.

O MDB Nacional diz que a responsabilidade sobre a questão é dos diretórios estaduais, que são “financeiramente e judicialmente autônomos”. O diretório de Rondônia não se manifestou.

A construtora Queiroz Galvão informa que não vai comentar a decisão do tribunal.

Em nota, a Vital Engenharia afirma que “não tem (e nunca teve) qualquer contrato ou sequer participou de qualquer processo de seleção de fornecedores junto à Petrobras e que confia na Justiça”.

**R\$ 1,9 bi**

foi a quantia bloqueada do MDB de Rondônia, de Valdir Raupp, da Vital Engenharia Ambiental e de cinco executivos e ex-funcionários da empreiteira Queiroz Galvão

**R\$ 816 mi**

foram bloqueados do PSB

25 MAI 2019

# FOLHA DE S. PAULO

# Mantega e Coutinho

# viram réus em

# processo sobre crédito

# do BNDES à JBS

Supostas operações irregulares deram origem à Operação Bullish, desdobramento da Lava Jato

RIO DE JANEIRO | REUTERS A Justiça aceitou denúncia contra os ex-presidentes do BNDES Luciano Coutinho e Guido Mantega sobre empréstimos do banco de fomento ao grupo processador de carne JBS. As supostas operações deram origem à Operação Bullish, desdobramento da Lava Jato.

A decisão do juiz da 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, Marcus Vinicius Reis Bastos, rejeitou a denúncia contra funcionários do BNDES, mas aceitou contra cinco pessoas, incluindo Coutinho e Mantega.

A denúncia do Ministério Público Federal envolvia empregados do banco, intermediários e os dois ex-presidentes da instituição, num total de 12 pessoas. Nela, os procuradores apontaram que a JBS teve acesso a aportes financeiros do BNDES a partir de operações sobreavaliadas e prejudiciais ao banco, contrárias às normas e aos regulamentos internos e da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Para obter os recursos, segundo a denúncia, o esquema "contava com intermediadores que conectavam os empresários aos agentes políticos que interferiam nas decisões do BNDES. Essas pessoas interpostas também recebiam dinheiro em contas no exterior para impossibilitar o rastreamento da propina".

"Os depoimentos colhidos na fase investigativa, repito, negam peremptoriamente qualquer interferência, influência,

## O que foi a Operação Bullish

Desdobramento da Operação Lava Jato e deflagrada em 2017, apurou suspeitas de irregularidades nos aportes do BNDES à JBS entre 2007 e 2011; na quinta-feira (23), juiz tornou réus os ex-presidentes da instituição Guido Mantega e Luciano Coutinho

orientação, pressão, constrangimento ou direcionamento na tramitação dos processos de aporte financeiro do BNDES", disse o magistrado na decisão de quinta-feira (23), em referência aos funcionários do banco citados na denúncia.

A decisão da Justiça foi comemorada na quinta pelo presidente do BNDES, Joaquim Levy, que fez menção ao caso em um evento público sobre economia verde no Rio de Janeiro.

"É um reconhecimento das nossas práticas e de que estamos livres de influências externas", disse Levy a jornalistas. "Nossas atividades são legítimas, e a decisão fortalece a instituição", acrescentou.

A Operação Bullish foi realizada em 2017, com expedição de 37 mandados de condução coercitiva. Funcionários do BNDES chegaram a ser levados à sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro para prestar esclarecimentos, gerando protestos no banco.

Em nota, Coutinho afirmou que "a decisão foi sábia ao isentar todos os funcionários do BNDES de atos ilícitos, mas não pode deixar de manifestar inconformismo em relação à sua pessoa".

O ex-presidente do banco reiterou ainda sua confiança na Justiça, reforçando que sua inocência será demonstrada ao longo do processo.

A reportagem tentou contato com Mantega, mas não conseguiu localizá-lo.

25 MAI 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça derruba lei que aumentou prazo dos contratos de ônibus de SP

Decisão coloca em xeque maior licitação da Prefeitura de São Paulo, que se arrasta desde 2013

Fabrizio Lobel

SÃO PAULO A Justiça paulista decidiu que a lei que determina que os contratos do sistema de ônibus em São Paulo valham por 20 anos é inconstitucional.

Na prática, a decisão faz voltar a valer o prazo anterior, de 15 anos, e coloca mais uma vez em xeque a maior licitação da Prefeitura de São Paulo, que se arrasta desde 2013.

A discussão sobre o prazo de vigência dos contratos foi um dos principais entraves na licitação. Estudos financeiros da prefeitura chegaram a indicar que o prazo ideal era de 15 anos, mas as empresas de ônibus falavam que precisariam de um contrato mais longo para amortizar os custos do investimento.

A alteração para os 20 anos veio por uma ementa na Câmara Municipal, com forte presença de vereadores ligados às empresas de ônibus.

A ação pela inconstitucionalidade da alteração foi iniciada pelo Diretório do PSOL e rece-

beu decisão nesta quarta (22).

Enquanto o caso corria na Justiça, a prefeitura continuou a licitação, já que os contratos com as empresas de ônibus eram emergenciais.

Dos 32 contratos em disputa, em 31 as empresas pediram a remuneração máxima prevista no edital. Isso só foi possível porque a licitação, na prática, não teve concorrência.

Ao fim da disputa, foram selecionadas apenas empresas que já atuavam na cidade. Elas tinham as melhores condições de frota e, principalmente, a posse de garagem para competirem. Isso afastou concorrentes, embora a prefeitura tenha divulgado sua licitação em diferentes estados e até fora do país.

Nesta sexta (24), o prefeito Bruno Covas (PSDB) disse não ter sido notificado oficialmente sobre a decisão da Justiça e afirmou que pretende assinar os contratos com as empresas escolhidas na licitação.

“A prefeitura não foi formalmente notificada da decisão, mas a Procuradoria está des-

de a manhã [desta sexta, 24] debruçada sobre essa decisão para analisar os impactos nos contratos de ônibus. Assim que houver uma decisão da Procuradoria e dos impactos, vamos anunciar”, disse.

A tentativa de licitar o novo sistema de ônibus para a cidade começou em 2013, durante a gestão Haddad (PT). O edital proposto pelo petista só saiu em 2015, mas a licitação foi suspensa pelo TCM. Em julho de 2016, o TCM liberou a licitação, com a condição de que fossem feitas alterações.

Quando João Doria (PSDB) assumiu a prefeitura, propôs um edital semelhante ao de Haddad, que, após seguidos atrasos, saiu em abril de 2018.

Dois meses depois, em junho, na véspera da revelação das empresas que ganhariam os novos contratos, o TCM suspendeu novamente a megalicitação. O tribunal argumentou que o edital tinha falhas já apontadas na versão de Haddad. Desde então, a gestão Covas tenta negociar a retomada do processo.

25 MAI 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### **Creche em Mogi dopou crianças, afirmam mães**

CAMPINAS A Prefeitura de Mogi Guaçu (193 km de SP) afastou nesta quinta (23) três funcionárias da creche Maestro Geraldo Vedovello por suspeita de doparem duas crianças de três anos com clonazepam, princípio do Rivotril, usado como calmante.

Tainara dos Santos, 25, mãe de uma das meninas, diz que recebeu uma ligação da creche dizendo que sua filha havia sido levada à UPA da cidade após "bater a cabeça". Foi a Santa Casa que solicitou o exame toxicológico que apontou a presença do clonazepam no sangue da criança.

Situação similar aconteceu com Jéssica Aparecida Lima Pereira, 33, mãe da outra aluna intoxicada.

Em nota, a prefeitura informou que afastou as funcionárias "até os fatos sejam devidamente apurados".



27 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça expede mandado de prisão preventiva contra ex-deputado

Vítor Ogawa

*Reportagem Local*

O juiz Thiago Flôres Carvalho, da 2ª Vara do Tribunal de Júri de Curitiba, expediu mandado de prisão preventiva contra o ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, determinando que ele cumpra a pena de sete anos, quatro meses e 20 dias por homicídio, em regime semiaberto. O ex-deputado foi condenado pela morte dos jovens Gilmar Rafael Yared e Carlos Muriilo de Almeida em acidente de trânsito ocorrido em Curitiba no ano de 2009. O mandado foi expedido no dia 24.

A reportagem entrou em contato com o escritório de Elias Mattar Assad, que trabalhou como assistente da acusação. Ele esclareceu por meio de nota que o processo chegou ao final com reconhecimento da tese de duplo homicídio com dolo eventual, na condução do veículo, sustentada desde o início pela acusação. "Que se cumpra a lei. A pena imposta nada mais é que um mal justo, por um mal injusto. Agora a família Yared aguarda a sentença da ação indenizatória", finaliza Assad.

Até o fechamento desta edição o ex-deputado ainda não havia se entregado à justiça. A reportagem tentou entrar em contato com ele e com a sua defesa, mas ninguém retornou as ligações e nem as mensagens. O manda-

do expedido por Carvalho determina que ele se apresente imediatamente à autoridade judicial.

## COMO FOI

De acordo com inquérito policial, o então deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho dirigia a uma velocidade entre 161 e 173 km/h no momento do acidente, ocorrido em 7 de maio de 2009. Ele estava com a carteira nacional de habilitação suspensa (130 pontos) e conduziu o veículo depois de ingerir bebida alcoólica. Em agosto de 2009 o Ministério Público ofereceu denúncia criminal contra Carli Filho por duplo homicídio doloso eventual.

Depois de várias audiências, a Segunda Vara do Júri de Curitiba decidiu enviar o caso a julgamento popular, no entanto a defesa de Carli Filho recorreu e sustentou que o caso era de "mero acidente de trânsito sem intenção de matar ou de assumir o risco de morte". Em 2011, o TJPR manteve o entendimento de que se tratava de duplo homicídio doloso eventual, confirmando a remessa do caso para julgamento pelo júri e novamente a defesa recorreu em várias instâncias até que ela chegasse ao STF. Sob a relatoria do Ministro Gilmar Mendes, a Corte entendeu que o caso deveria ser julgado pelo júri em Curitiba.

Em fevereiro de 2018 os jurados o consideraram culpado e determinaram a pena de nove anos e quatro meses. Porém, em fevereiro deste ano, depois de recurso da defesa, os desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná determinaram a diminuição da pena do ex-deputado para sete anos, quatro meses e 20 dias.

Dos três desembargadores que julgaram o recurso na Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, apenas um votou pela manutenção da condenação em regime fechado no tempo já determinado pelo Júri Popular. Carli Filho permaneceu em liberdade desde então e na sexta-feira teve o seu pedido de prisão expedido.

27 MAI 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## 'Fora, STF' gritam manifestantes em Curitiba

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Na cidade considerada o berço da Operação Lava Jato, apoiadores do presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL-RJ), lotaram a Praça Santos Andrade na tarde desse domingo (26). O ato começou por volta das 15 horas e foi organizado pela Frente Conservadora do Paraná, que reúne diferentes grupos de direita, como Movimento contra a Corrupção, Nova República, Avança Brasil, Católico Conservador e Mais Brasil Eu Acredito. Parlamentares do PSL e de outros partidos da base aliada também estiveram presentes.

Dois caminhões de som foram posicionados em frente às escadarias do prédio da UFPR (Universidade Federal do Paraná). Os manifestantes retiraram a faixa "Em defesa da educação", afixada dias antes por estudantes e professores contrários ao corte de verbas, e colocaram uma com os dizeres "Olavo tem Razão" e outra da Lava Jato. A maioria dos participantes vestia camisetas do Brasil e usava adereços nas cores verde e amarelo.

Apesar de oficialmente o foco principal do protesto ser a defesa de pautas prioritárias do governo, como a reforma da Previdência, o pacote anticrime, do ministro Sergio Moro, e a aprovação da medida provisória 870, que enxuga a estrutura administrativa, houve gritos de fora, [Rodrigo] Maia, em

referência ao presidente da Câmara, ataques a políticos de esquerda e pedidos de fechamento do STF (Supremo Tribunal Federal).

"Se preciso for, nós vamos invadir e fechar o STF", afirmou Eder Borges. Um dos fundadores do MBL (Movimento Brasil Livre), ele foi ao ato com uma camiseta do grupo "Direita Curitiba". O deputado estadual Missionário Ricardo Arruda (PSL-PR) e o deputado federal Stephanes Jr. (PSD-PR) fizeram discursos inflamados. As falas eram intercaladas por gritos como "nossa bandeira jamais será vermelha", "eu vim de graça" e "fora, STF".

"O dinheiro público é do povo e é para a educação, não para fumar maconha e ficar todo mundo pelado. Bolsonaro está lutando contra tudo e contra todos. Enquanto isso, bandidos vestidos de políticos estão jogando o povo contra o governo não votando essas medidas fundamentais para o nosso Brasil", disse Arruda. O parlamentar pediu apoio para a aprovação do programa "Escola sem Partido".

"Eu quero dizer que votei contra a corrupção, para deixar o Coaf com o Sergio Moro. Tenho visto em Brasília a esquerda mentir, manipular e fazer de tudo para que a gente não apoie o Bolsonaro. Mas estamos mostrando que não aceitamos isso. Queremos as reformas. Contem comigo em Brasília", comentou Stephanes.

Antes de sair em direção à Praça Zacarias, no centro de Curitiba, perto das 16 horas, o público rezou o Pai Nosso e cantou o hino nacional. A ideia inicial seria estender o protesto até a Boca Maldita, mas, por orientação da PM, os manifestantes acabaram encerrando o ato na Zacarias. A PM informou que não fez estimativa de público.

Segundo nota de repúdio divulgada pelo Sindijor-PR (Sindicato dos Jornalistas do Paraná), três repórteres-fotográficos foram impedidos de trabalhar sofrendo socos, empurrões e palavrões de manifestantes.

27 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Imunidade parlamentar nas redes sociais

**E**m um mês em que a política se protagonizou no País, com manifestações contra e a favor do governo Jair Bolsonaro, o STF (Supremo Tribunal Federal) tomou uma decisão que dá uma apimentada em uma questão que tem se tornado cada vez mais espinhosa para o brasileiro, a imunidade parlamentar. Na semana passada, o ministro do STF Celso de Mello decidiu que as declarações de parlamentares em redes sociais estão protegidas pela garantia constitucional da imunidade parlamentar.

O ministro negou seguimento (julgou inviável) à Petição 8199, na qual o PSOL interpelava judicialmente a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) para esclarecer declaração feita por ela no Twitter de que os manifestantes que foram às ruas no dia 15 de maio contra cortes na educação eram "black blocs pagos por partidos de esquerda". Para Celso de Mello, a declaração se enquadra na garantia constitucional da imunidade parlamentar.

A questão chega em um momento importante. Em meio a um turbilhão de reclamações, há disparos para todos os lados, atingindo o Congresso, o STF e outras instituições. Sem falar na proliferação de notícias falsas via redes sociais, que continua uma preocupação não apenas no Brasil, mas em muitos outros países. Inclusive, o papa Francisco tem se manifestado reiteradamente contra as fake news.

A Constituição Federal de 1988, no chamado "Estatuto dos Congressistas" (art. 53 a 56), estipulou o conjunto de normas garantindo aos políticos as condições para emitirem opiniões no contexto da atividade parlamentar, o que envolve o apontamento de irregularidades. Obviamente, não há menções sobre a atuação em redes sociais.

Em entrevista à **FOLHA** no último fim de semana, o advogado Francisco Monteiro Rocha Júnior considerou que a decisão é revestida de boas intenções, que é adaptar a imunidade aos novos tempos. Entretanto, ele lembrou que a medida pode ter consequências, como abrir brechas dando ainda mais insegurança jurídica no debate sobre liberdade de expressão e o cometimento dos crimes de injúria e difamação.

Diante dessas novas situações, impostas pelas redes sociais, é importante que a legislação seja atualizada, após um debate mais aprofundado entre a sociedade. Isso porque a decisão do STF pode impor uma situação desastrosa, com a classe política se beneficiando de ampla imunidade para falar nas redes sociais.

# FOLHA DE LONDRINA

# O caminho da adoção

## é o amor 25 MAI 2019

**A** morosidade do processo de adoção no Brasil é um tema que vem sempre à tona, principalmente neste sábado (25), Dia Nacional da Adoção. A data chama para debates e reflexões, apesar de que a Lei da Adoção, aprovada pelo Congresso no final de 2017, conseguiu agilizar um pouco a operação. O texto aprovado pelos congressistas colocou na preferência da fila de adoção as pessoas interessadas em adotar irmãos, por exemplo. E também estabeleceu aos pais adotivos os mesmos direitos trabalhistas de pais sanguíneos, como a licença maternidade.

Nesta edição (25/26), a FOLHA mostra a expectativa de adultos inscritos no Cadastro Nacional de Adoção e ouve a história de um adolescente que ganhou uma família após anos morando em uma instituição.

Um dos exemplos contados pela reportagem vem do casal Vanessa Dantas e Marcos Antônio da Silva, que está há dois anos no cadastro nacional esperando a chegada do tão sonhado filho ou filha. É um processo que envolve dedicação. Os dois já enfrentaram um período de preparação, passando por entrevistas, frequentando grupos de apoio e até fazendo cursos oferecidos pelo Ministério Público do Paraná e pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Vanessa e Marcos Antônio fazem parte de uma longa fila de espera. No Brasil, há uma criança ou adolescente para cada nove pretendentes habilitados à adoção. Enquanto 5.031 crianças e adolescentes aguardam para serem adotados, 45.992 pessoas permanecem com o nome no cadastro nacional, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça. No Paraná, há 3.639 pretendentes habilitados e 493 crianças e adolescentes disponíveis atendidos pelos serviços de acolhimento.

Em Londrina, para cada criança ou adolescente apto à adoção, há sete pretendentes habilitados. Ao todo são 207 pessoas na fila e 29 crianças e adolescentes disponíveis. Grande parte dos pretendentes prefere apenas bebês ou crianças até 4 anos. É uma prova de que as preferências reduzem as possibilidades.

A lei que entrou em vigor em 2017 significou um avanço em alguns aspectos que envolvem a agilização do processo, mas há ainda muito o que desmistificar e questões a serem derrubadas, como o preconceito racial, religioso e por idade. Tudo pode mudar quando as pessoas se conscientizam de que a adoção não é destinada aos pretendentes a pais, mas é voltada para crianças e adolescentes. É justamente por isso que se busca o melhor para elas.

Antigamente, não se falava tão abertamente em adoção. Muita gente escondia que estava inscrito para adotar uma criança. Nesse sentido, é positivo que o País tenha instituído uma data para debater amplamente o tema, buscando espalhar a percepção de que o amor de uma família adotiva se constrói da mesma forma que uma família formada por laços sanguíneos. Lembrando que é o amor e o respeito que devem definir a relação entre pais e filhos.

25 MAI 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## STF tem maioria para enquadrar homofobia na lei do racismo

Reynaldo Turolo Jr.

Folhapress

Brasília - O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria (seis votos) para enquadrar a homofobia e a transfobia na lei dos crimes de racismo até que o Congresso Nacional aprove lei sobre o tema. O julgamento, que havia começado em fevereiro, ocorreu nesta quinta-feira (23), um dia depois de a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado fazer avançar um projeto de lei que criminaliza a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero.

Já havia no STF quatro votos pela criminalização da homofobia, proferidos em fevereiro pelos ministros Celso de Mello, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. Nesta quinta, votaram os ministros Rosa Weber e Luiz Fux, formando a maioria do plenário.

O julgamento deverá ser retomado no próximo dia 5 de junho - quando também está na pauta um processo sobre a descriminalização do porte de drogas para consumo. No caso da homofobia, faltam os votos de cinco ministros: Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Marco Aurélio e o presidente da corte, Dias Toffoli.

Estão em julgamento dois processos que pedem que o STF reconheça a omissão do Congresso ao deixar de criminalizar a homofobia. Os autores são a ABLGT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais) e o PPS, que acionaram o tribunal em 2012 e 2013.

Para a presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Pessoas Intersexo), Symmy Larrat, avalia que a formação de maioria no STF é uma vitória. "A mensagem mais importante é que temos agora uma ferramenta, uma garantia estatal, de que essa violência [contra homossexuais] vai ter que ser encarada como tal", diz.

25 MAI 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## Lava Jato: TRF-4 bloqueia bens de MDB e PSB

São Paulo - O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) determinou o bloqueio de valores e bens de acusados em ação de improbidade administrativa da Operação Lava Jato. A decisão alcança o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), os parlamentares Valdir Raupp (MDB/RO), Fernando Bezerra (PSB/PE), Eduardo da Fonte (PP/PE), os espólios de Sérgio Guerra (PSDB/PE) e Eduardo Campos (PSB/PE), e as empreiteiras Queiroz Galvão e Vital Engenharia Ambiental.

O bloqueio foi determinado pelo Tribunal, que reconheceu a procedência de um recurso contra decisão em ação civil pública de improbidade administrativa movida pela força-tarefa da Lava Jato. Na decisão, o Tribunal ressaltou a necessidade de "garantir a efetividade do resultado final da ação - em que apurada a existência de um amplo esquema criminoso, com prejuízos expressivos para toda a sociedade". O TRF-4 apontou "fortes indícios da prática de atos de improbidade por líderes de partidos e agentes públicos em prejuízo ao erário".

Em relação aos partidos políticos, na ação que tramita na Justiça Federal foram descritos dois esquemas que desviaram verbas da Petrobras. As defesas de todos os citados negam os crimes.

25 MAI 2019

# FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

## Homofobia é crime

Apesar da discussão em torno da aplicação da analogia na interpretação de atos criminais, sob resguardo do princípio da anterioridade legal, “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”, já há maioria para o enquadramento da homofobia e transfobia na lei dos crimes de racismo com os votos dos ministros Rosa Webber e Luiz Fux, do STF, que formam maioria de seis. Dificilmente se operará aí um novo 6 a 5 no caso do ensino religioso em escola pública, e o mais recente da restrição à prisão de deputado estadual sem audiência legislativa. Também poderá não render a unanimidade havida no casamento homoafetivo, mas de qualquer forma representará novamente, como na greve de servidores públicos, uma atitude indispensável ante a letargia legislativa.

Avanços no Brasil têm como exemplo o caso do divórcio, que tramitou em décadas, face ao empenho de Nelson Carneiro, e teve que passar por etapas, como a que estabeleceu os direitos da companheira. Até hoje não houve solução bem ajustada para o aborto, o que se dá também em países mais avançados e em numerosos estados americanos, como se vê nas batalhas de rua desta semana diante de leis restritivas.

MILTÃO

## Divórcio unilateral em cartório regulamentado em Pernambuco

Agora no estado de Pernambuco será possível realizar o divórcio unilateral em cartório. Na última quinta-feira, dia 15, foi publicado provimento (6-19) regulamentando o procedimento de averbação do “divórcio impositivo”, que se caracteriza por ato de autonomia de vontade de um dos cônjuges. Pernambuco é o primeiro estado do país a adotar a medida. A norma foi editada pela Corregedoria-Geral da Justiça, e assinada pelo corregedor-geral Jones Figueiredo Alves.

O advogado londrinense Narciso Ferreira explica a regulamentação: “a mulher, sem filhos menores, insatisfeita com o casamento, procura um advogado e protocola no cartório de registro civil onde se casou o seu pedido de divórcio, sem direito à contestação e sem qualquer burocracia. O cartório, mediante o requerimento assinado pela parte, lança a margem do assento do seu casamento a averbação do seu divórcio. Por ser unilateral, entende-se que a requerente optou em partilhar os bens, se houver, em outra oportunidade. A norma é válida para homens e mulheres que estiverem insatisfeitos com seu casamento”. No Paraná ainda não trataram do assunto, mas o que apuramos é que se isso ocorrer e for aprovado (o que deveria ser), todos os cartórios de registro de civil e também os notários poderão realizar o chamado “divórcio unilateral”.



27 MAI 2019

# TRIBUNA DO PARANÁ

# PRESOS PODEM SE DAR BEM

Giulia Fontes  
Gazeta do Povo

O decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), flexibilizando o porte de armas de fogo e munições, pode levar à soltura ou à diminuição da pena de 1.449 presos no Paraná. Os números do levantamento prévio foram fornecidos pelo Departamento Penitenciário do Paraná (Depen-PR), que solicitou as informações ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

De acordo com essa primeira análise obtida pelo Depen, as mudanças que o presidente implementou no texto na última quarta-feira não alteraram o número de presos beneficiados. O órgão informou à reportagem que, após receber a lista de pessoas atingidas, o Depen encaminhou os nomes para a Defensoria Pública do Paraná, e agora aguarda providências.

O coordenador do Núcleo de Política Criminal e Execução Penal da Defensoria Pública, André Giamberardino, confirmou o recebimento da lista, e afirmou que o órgão analisará os casos para fazer possíveis pedidos de adequação da condenação e da pena. Já o TJ-PR informou que não iria se posicionar sobre o assunto.

**Decreto de Bolsonaro sobre a flexibilidade do porte de armas pode colocar na rua ou diminuir a pena de quase 1.500 presos no Paraná.**

## O motivo do benefício

O efeito ocorre por causa de um dispositivo presente na Constituição. Na alínea XL do artigo 5º, o texto prevê que “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”.

“Qualquer novo texto que seja benéfico ao acusado ou ao condenado terá efeito retroativo, independentemente do estágio em que o processo esteja”, explica Francisco Monteiro Rocha Júnior, advogado criminalista e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Como o decreto já está em vigor, os presos que respondem ou já foram condenados por causa do porte de armas e munições, nos pontos que foram alterados pelo texto, já têm direito a usufruir do benefício. Rocha Júnior explica que, em teoria, os efeitos do decreto deveriam ser automáticos.

Como há ações na Justiça e no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade do decreto, porém, a situação pode ficar mais complicada.

“Se houver a declaração de inconstitucionalidade, é como se o decreto nunca tivesse existido e as condenações voltariam à sua existência. Se esses presos tiverem sido soltos, isso pode gerar uma multiplicidade de questões: o tempo que o preso passou solto, por decisão do estado, será contabilizado ou não? Terá que ser resolvido caso a caso”, ressalta o advogado.

Relembre o que diz o texto  
Divulgado no dia 8 de maio, o decreto ampliou a autorização para o transporte de armas a novas categorias de cidadãos. Pelo texto, políticos, caminhoneiros e jornalistas passaram a ter o direito ao porte. Além disso, armas mais letais deixaram de ser de uso restrito das Forças Armadas.

Outras mudanças incluíram o aumento, em 100 vezes, na quantidade de cartuchos de munição que podem ser adquiridos e também alterações na prática de tiro desportivo por menores de 18 anos.

Após controvérsias em relação às novas regras, o governo promoveu alterações no texto na última quarta-feira. A principal mudança passou a deixar explícita a proibição do porte de fuzis, carabinas e espingardas por civis.

Em janeiro, outro decreto do presidente já havia tratado do assunto - mas, nesse caso, o dispositivo se referia à posse de armas. Com o primeiro texto, o registro de armas passou a ter validade de dez anos e foram estabelecidos novos critérios para a autorização da posse.

25 MAI 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

**Gestão.** Justiça reconhece que processos são muito lentos no Brasil, dificultando ainda mais a situação das empresas; medidas em estudo incluem a criação de varas especializadas e uma verificação prévia para evitar tentativas de fraudes contra os credores

# Judiciário prepara pacote de medidas para agilizar as recuperações judiciais

## Análise de plano de recuperação leva em média 18 meses

Pela legislação atual, prazo entre o pedido de recuperação judicial e a aprovação ou rejeição do plano na Justiça deveria levar seis meses

### • Cenário

“Vai ter mais previsibilidade, credores vão saber como funciona, o mercado vai se orientar por isso também.”

Daniel Costa Carnio

JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

CONTINUA

Amanda Pupo / BRASÍLIA

**Integrantes do Judiciário preparam um pacote de medidas para agilizar o processo de recuperação judicial de empresas no País, considerado hoje excessivamente moroso. Em média, em São Paulo, são 567 dias (cerca de um ano e meio) entre a Justiça aceitar o pedido de recuperação de uma empresa e apreciar o plano de reestruturação por ela apresentado – aprovando-o ou rejeitando-o. Esse prazo deveria ser de, no máximo, 180 dias, segundo a lei atual.**

Na avaliação do Judiciário, essa demora coloca em risco a sobrevivência da empresa. Quando está em situação financeira difícil e não consegue mais honrar seus pagamentos, uma companhia pode requerer a recuperação, que é uma proteção dada a ela pela Justiça contra a execução de suas dívidas.

A ideia é que a empresa possa ganhar tempo para apresentar um plano de reestruturação e renegociar seus débitos com credores. Em geral, quando chega nesse ponto, a companhia já está com pouco dinheiro em caixa e com problemas para tocar suas atividades. Por isso, se o processo levar muito tempo, a empresa pode acabar quebrando antes de concluir a recuperação judicial, dizem especialistas.

O pacote de medidas em gestação pelo Judiciário tenta dar uma resposta à morosidade do processo. Liderado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, o grupo criado no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai propor, entre outras medidas, a criação de varas regionais especializadas para processar as recuperações judiciais.

Nessas varas, o tempo médio até a aprovação do plano de recuperação é de 407 dias, ainda longe dos 180 dias previstos na legislação, mas menor que os 567 dias verificados em médias

nas varas comuns, segundo estudo realizado pela Associação Brasileira de Jurimetria e pelo Núcleo de Estudos de Processos de Insolvência da PUC-SP. A taxa de aprovação dos planos de recuperação também é maior quando eles são analisados nas especializadas: é de 81%, frente à taxa de 71,3% nas comuns.

Atualmente, há poucas varas especializadas no País. Uma delas é a 1.ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais em São Paulo, que comanda o processo da companhia aérea Avianca Brasil, por exemplo.

A princípio, a comissão pretende dar um prazo de dois anos para que os Estados que preencherem os critérios de criação de novas varas se adaptem à resolução do CNJ.

**Nova lei.** O Brasil passou a contar com uma lei de recuperação judicial e falência em 2005. O instrumento se popularizou e, nos últimos anos, o País assistiu a casos bilionários de recuperação judicial, como o da OGX, petroleira de Eike Batista, da telefônica Oi e da empresa de aluguel de sondas Sete Brasil.

Vários gargalos, no entanto, foram sendo percebidos durante os 14 anos da vigência da legislação e passaram a ser alvo de críticas de empresas e de advogados especializados no tema. No ano passado, o governo Michel Temer chegou a mandar ao Congresso um projeto de lei com mudanças na legislação. A medida era defendida pelo então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, como forma de ajudar na recuperação da economia. A proposta, porém, não caminhou no Congresso.

O governo Jair Bolsonaro também entende que a revisão nas regras é necessária. Segundo o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, já há um “diálogo intenso” com o Congresso para que mudanças sejam feitas ainda neste ano. Ele não detalhou, porém, qual será o teor desse novo projeto.

Alguns dos problemas podem ser resolvidos com a atuação do CNJ, sem necessidade de decisões do Parlamento, avaliou Salomão ao **Estado/Broadcast**. Por isso, o CNJ criou a comissão em dezembro passado. Ela é formada também por integrantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), desembargadores dos Tribunais de Justiça de São Paulo e Rio de Janeiro e advogados.

**Documentação.** Além de criar varas especializadas, o grupo vai padronizar iniciativas que não estão previstas na lei de recuperação, como a verificação prévia e a mediação. A verificação prévia é usada para constatar se a documentação da empresa está correta e se ela tem capacidade de gerar os benefícios previstos na lei de recuperação, podendo captar tentativas de fraude contra credores.

O ato do CNJ serviria para uniformizar como a verificação deve ser feita entre os magistrados que optem por utilizá-la, não tendo o condão de obrigá-los a adotar a prática.

“Vai ter mais previsibilidade e os credores saberão como funciona”, disse Daniel Costa Carnio, juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça.

Segundo o magistrado, a padronização pelo CNJ trará também um limite de cinco dias para a realização da perícia, o que impede que a medida se prolongue além do razoável, atrasando os planos da empresa.

O estudo feito pela ABJ aponta que a prática aumenta as chances de um processo de recuperação ser aceito pelo juiz. Nos casos sem verificação prévia, o número foi de 63%, frente aos 81,7% em processos em que a prática foi adotada.

Há, no entanto, críticas à iniciativa. A advogada especializada em direito empresarial do escritório Martorelli, Fabiana Nunes, entende que a intenção do CNJ é boa, mas acredita que uma padronização teria de ser feita via alteração legislativa.

25 MAI 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

**Mediação.** O CNJ quer estimular ainda o uso da mediação, que foi usada no processo de recuperação da Oi. Na mediação, uma terceira pessoa atua para resolver impasses entre os credores e a empresa devedora. No caso da Oi, o recurso foi utilizado em várias etapas, como na relação com os pequenos credores e até mesmo em discussões entre os acionistas, explicou a advogada Samantha M. Longo, do escritório Wald, Antunes, Vita, Longo e Blattner Advogados, que atuou no processo da operadora de telefonia.

Assim como a verificação prévia, a mediação não está prevista atualmente na lei de recuperação judicial e falência. Por conta disso, o texto que a comissão do CNJ pretende aprovar deve ter um caráter somente de recomendação, e os juízes não serão obrigados a segui-la.

### O QUE ESTÁ EM ANÁLISE

|                           | Como é  | Como pode ficar   |
|---------------------------|---|---|
| <b>Vara especializada</b> | Não há uma regra sobre a criação de lugares especializados na primeira instância da Justiça que processem ações de recuperação judicial e falência. | Estados terão de criar varas especializadas em primeira instância segundo critérios definidos pelo conselho                               |
| <b>Verificação prévia</b> | Não está prevista em lei. O instrumento é usado de formas diferentes, causando insegurança jurídica entre as empresas                               | Juiz que optar pela utilização da verificação prévia não poderá gastar mais de cinco dias com essa etapa no processo                      |
| <b>Mediação</b>           | A mediação já é usada em alguns processos, mas não está prevista na lei específica de recuperação judicial e falência                               | Haverá uma espécie de recomendação para que os juízes usem o processo de mediação. A medida serve como forma de incentivar esse mecanismo |

25 MAI 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

# Uma decisão equilibrada

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamento experimental ou sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), salvo em casos excepcionais. A decisão, que teve repercussão geral reconhecida, fornece orientação para todas as instâncias do Judiciário, trazendo, além de segurança jurídica, equidade na resolução dessas solicitações por medicamentos. Não era razoável que casos semelhantes fossem tratados com critérios diferentes, a partir das escolhas pessoais de cada juiz.

A ação, que chegou ao Supremo em 2016, discutia a constitucionalidade do art. 19-T da Lei 8.080/90, que veda, em todas as esferas de gestão do SUS, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico de caráter experimental ou sem registro na Anvisa.

O relator do caso, ministro Marco Aurélio, acompanhado pelo ministro Dias Toffoli, votou pela plena constitucionalidade do art. 19-T. Para ilustrar a importância do registro da Anvisa, o presidente do STF lembrou que o Código Penal tipifica como crime a comercialização de medicamento sem o aval da Anvisa. Não faz sentido que o Estado seja obrigado a bancar uma medicação cuja comercialização é classificada co-

mo atividade criminosa.

A maioria dos ministros também entendeu que o art. 19-T é constitucional, mas avaliou que pode haver exceções, em razão de atraso da própria Anvisa na avaliação do pedido de registro. “A regra é que é indispensável o registro da Anvisa. Mas em hipóteses excepcionais se permite que, caso a caso, eventualmente se chegue a conclusão diversa”, disse a ministra Rosa Weber.

Para efeito de aplicação da repercussão geral, o plenário do STF definiu a seguinte orientação. Não cabe ao Estado fornecer medicamentos experimentais e, como regra geral, a ausência de registro na Anvisa impede o fornecimento de medicamento por decisão judicial. No entanto, excepcionalmente, é possível a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de atraso irrazoável da Anvisa na apreciação do pedido – em prazo superior ao previsto na Lei 13.411/2016 (entre 120 dias e 365 dias, dependendo do tipo de remédio). Para tanto, precisam ser preenchidos três requisitos: a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil, salvo no caso de medicamentos para doenças raras e ultrarraras; a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil. Além disso, as ações que demandarem fornecimento de medicamentos sem registro deverão ser neces-

sariamente propostas em face da União.

A regra geral da Lei 8.080/90 não nega o direito fundamental à saúde. “Trata-se de analisar que a arrecadação estatal, o orçamento e a destinação à saúde pública são finitos”, disse o ministro Alexandre de Moraes. Segundo o Ministério da Saúde, os dez medicamentos mais caros, destinados ao tratamento de doenças raras, representaram 87% do total de R\$ 1,4 bilhão gasto em 2018 com a “judicialização da Saúde” – com decisões da Justiça determinando o fornecimento de remédios. Para atender 1.596 pacientes, o governo desembolsou R\$ 1,2 bilhão, um custo médio de R\$ 759 mil por paciente.

“Para cada liminar concedida, os valores são retirados do planejamento das políticas públicas destinadas a toda coletividade”, disse o ministro Alexandre de Moraes. A concessão sem critério de medicamentos pela Justiça não conduz à universalidade do atendimento de saúde pública, e sim à “seletividade, onde aqueles que obtêm uma decisão judicial acabam tendo preferência em relação a toda uma política pública planejada”, lembrou.

Em vez de representar um aperfeiçoamento do atendimento médico para a população, a excessiva judicialização da saúde gera desequilíbrios e disfuncionalidades no sistema de saúde pública. O Judiciário deve intervir apenas em casos excepcionais e, sempre, aplicando o mesmo critério.

25 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

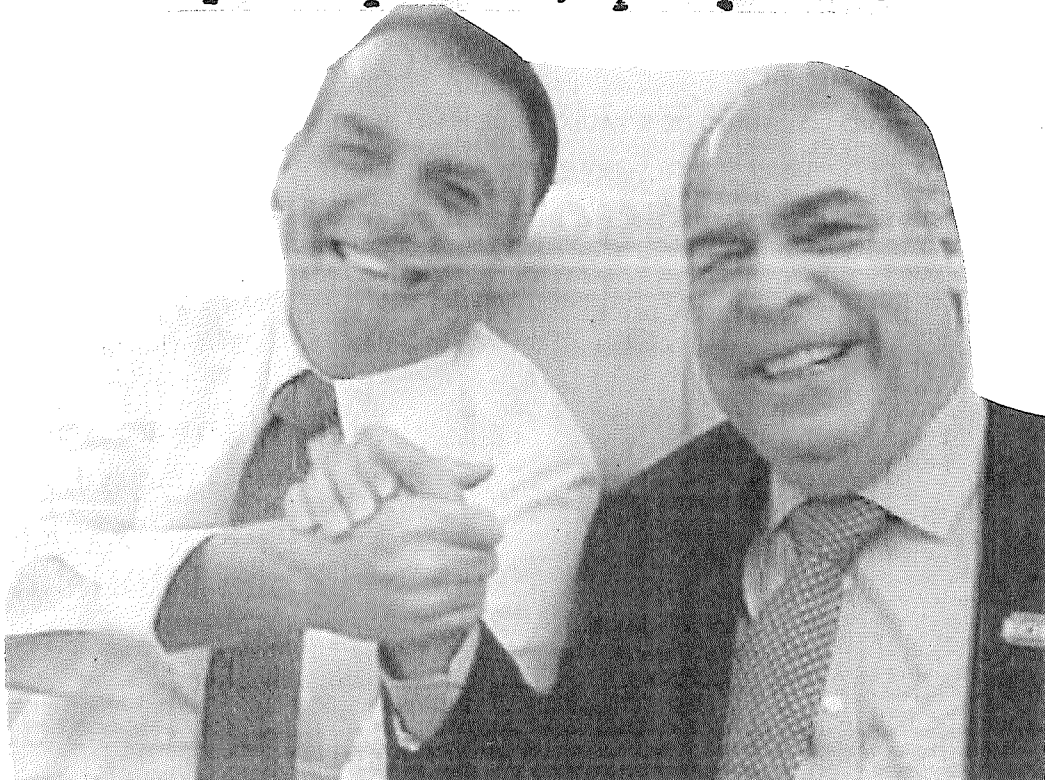
**Lava Jato**

**bloqueia**

**R\$ 258 mi**

**de Bezerra**

Líder do governo no Senado, partidos e  
empresas respondem a ação por improbidade



Encontro, Jair Bolsonaro ao lado de Bezerra, ontem, em vídeo divulgado pelo senador

**CONTINUA**



O Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região (TRF-4) determinou o bloqueio de R\$ 3,6 bilhões de políticos do MDB, PSB e PP, e empresas, em uma ação por improbidade administrativa que investiga supostos desvios de recursos em negócios relacionados a esquema de corrupção na Petrobrás. Entre os alvos está o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (PE), – que era do PSB e hoje é do MDB –, relator da Medida Provisória 870, que reestruturou a Esplanada dos Ministérios, e responsável por representar o governo do presidente Jair Bolsonaro em negociações importantes na Casa.

O senador pernambucano terá congelado até R\$ 258 milhões, junto com o espólio do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, morto em 2014 durante a campanha presidencial. Naquele ano, quando se candidatou ao Senado, Bezerra Coelho declarou à Justiça Eleitoral possuir patrimônio de R\$ 2,7 milhões. A defesa do senador já apresentou recurso ao próprio TRF-4.

Ontem, Fernando Bezerra Coelho acompanhou Bolsonaro na visita que o presidente fez a Petrolina (PE), seu reduto eleitoral – o senador foi prefeito da cidade, hoje administrada por seu filho, Miguel Coelho. No avião, antes de pousar, o senador gravou um vídeo no qual comemora o fato de Bolsonaro escolher Pernambuco como destino de sua primeira visita ao Nordeste. “É uma alegria poder receber a primeira visita ao Nordeste, começando por Pernambuco”. Bolsonaro retribuiu “A primeira de muitas”. “É um prazer estar ao lado do Fernando, líder do governo, um homem que está fazendo pelo Brasil”, completa o presidente.

**Abreu e Lima.** Segundo a Lava Jato, o PSB, Bezerra Coelho, Eduardo Campos e seu aliado Aldo Guedes, entre outros, teriam recebido propinas desviadas da obra de construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Segundo a ação, houve pagamento de R\$ 40 milhões de propinas das empreiteiras Queiroz Galvão, OAS e Camargo Correia, nos negócios relacionados ao grupo.

A decisão de bloqueio de bens é parte da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em conjunto com a Petrobrás contra a Queiroz Galvão.

No âmbito criminal, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, em dezembro, denúncia apresentada contra Bezerra Coelho, com o mesmo objeto, pela Procuradoria-Geral da República.

Além do senador, também tiveram bens bloqueados o deputado do PP de Pernambuco, Eduardo da Fonte (até R\$ 333 milhões), o ex-senador Valdir Raupp (até R\$ 1,8 bilhão em conjunto com o MDB de Rondônia), o espólio do ex-presidente nacional do PSDB Sérgio Guerra (R\$ 107 milhões) e a empreiteira Queiroz Galvão (3% do faturamento), entre outros.

**Defesas.** A defesa de Bezerra Coelho afirmou que as acusações não se sustentam, e que a ação está prescrita, e lembra que os mesmos elementos instruíram o inquérito arquivado pelo STF em 11 de dezembro de 2018, “ante o reconhecimento de que as provas não eram suficientes para justificar nem sequer o início de uma ação penal contra o Senador”.

Em nota, Eduardo da Fonte disse que ficou “surpreso” pelo que chamou de “absurdo”, já que o caso foi rejeitado pelo STF. “Confiamos na Justiça para que possamos esclarecer esses fatos. A verdade prevalecerá.” A defesa de Valdir Raupp afirmou que vai tomar todas as medidas cabíveis”.

O PSB afirmou em nota que os supostos fatos descritos na ação são “absolutamente antigos e completamente desconexos entre si” e que o valor do bloqueio é “indevido” e “exorbitante”. A Construtora Queiroz Galvão informou que não vai comentar a decisão do Tribunal. A Vital Engenharia e o MDB-RO não foram localizados.

25 MAI 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### **Menor em unidade lotada poderá ir para casa, diz STF**

O ministro Edson Fachin atendeu pedido feito por Defensorias Públicas de quatro Estados e determinou que adolescentes que estão internados em unidades superlotadas deverão ser transferidos. Caso não haja vaga, eles poderão ser beneficiados com a internação domiciliar ou outra medida de meio aberto, como a liberdade assistida. Poderão ser contemplados com a decisão jovens cujo ato infracional não tenha sido praticado sob violência ou grave ameaça. A decisão já valia para unidades do Estado do Espírito Santo e agora passa a valer também para unidades da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio.

## COLUNA DO ESTADÃO

● **Captei.** Não passou despercebida pela frente evangélica a tentativa de Dias Toffoli de adiar a votação no STF para depois de a Câmara apreciar o projeto de criminalização da homofobia aprovado no Senado.

● **Aritmética.** Depois de a *Coluna* revelar que o juiz Paulo Antônio de Carvalho recebeu R\$ 762 mil só no contracheque de abril, o Sindicato dos Servidores da Justiça de MG fez as contas: um servidor em início de carreira levaria 21 anos para alcançar o valor.



## Passeata é inútil quando o problema é o despreparo

**V**ai mal um presidente quando precisa de grupos na rua em manifestações de apoio. Colocar precisou. Pode ir mal um país quando seu presidente recomenda aos apoiadores evitar ataques ao Congresso e ao Judiciário. Que apoiadores são esses? Estarão enganados quanto às convicções democráticas de seu líder? Podem ter-se enganado, talvez, quando esse líder repassou em rede um texto sobre a impossibilidade de governar com as instituições. O tom do texto era golpista, mas ele declarou, depois, havê-lo simplesmente repassado. Por que repassou, se discordava, e sem adicionar uma palavra de rejeição? Isso nunca foi explicado, mas explicar nunca foi o forte desse presidente. Ele comprovou essa qualidade, mais uma vez, ao anunciar um projeto capaz de render mais que o trilhão de reais pretendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, com a reforma da Previdência. O projeto, soube-se depois, é uma fórmula para o governo ganhar dinheiro com a atualização de valor de imóveis incluídos na Declaração de Renda. Na prática, seria uma antecipação do imposto pago depois da venda. E se esse bem nunca for vendido? A ideia básica já foi rejeitada em países do mundo rico. Para o presidente e alguns de seus auxiliares, deve ser uma grande novidade. A propósito: o ganho para o Tesouro, se houver, ficará muito longe do trilhão, segundo fonte do próprio governo.

Enquanto o presidente se ocupava da manifestação, estranhamente descrita por alguns como um “protesto a favor do governo”, congressistas ocupavam espaço político, aprovavam na Câmara a medida provisória de recomposição

**O recuo no caso das armas foi só mais um, desde a bobagem sobre a embaixada em Israel**

dos ministérios e punham em tramitação um projeto próprio de reforma tributária.

Para alguns, a movimentação na Câmara foi um recuo do Centrão, pressionado pelo governo e por seus apoiadores. A visão oposta parece mais adequada. Afinal, os deputados, além de mostrar serviço, negaram a transferência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para o Ministério da Justiça e se anteciparam ao projeto governamental de mudança dos impostos e contribuições. Pode-se discutir o alcance de cada um dos projetos, o da Câmara e o do Ministério da Economia, mas o Executivo foi inegavelmente atropelado – e sem invasão de atribuições, acusação dirigida ao presidente no caso do decreto sobre porte de armas. Mais importante ainda, parlamentares de peso, a começar pelos presidentes da Câmara e do Senado, já se declararam comprometidos com a reforma da Previdência, com ou sem atuação do Executivo.

Contestado no Parlamento e no Judiciário, o presidente acabou forçado a editar um novo decreto sobre o assunto, para restringir, por exemplo, o acesso a certo tipo de fuzil. Um dia antes, as ações da Taurus haviam disparado na bolsa paulista, depois de anunciada pela empresa uma fila de 2 mil pessoas interessadas na compra daquela arma. Entre outras mudanças, o segundo decreto reduziu as facilidades para crianças ingressarem nas escolas de tiro e iniciarem a vida no mundo do banguê-banguê, tão valorizado entre muitos bolsonaristas.

Mais um recuo foi incluído, portanto, na lista bolsonariana. O presidente já havia recuado, por exemplo, da tentativa de controlar o preço do diesel. Não parece ter abandonado totalmente a ideia, mas foi forçado a amaciar sua atitude depois de uma desastrada pressão sobre a diretoria da Petrobrás. Recuou também da decisão de impor seus critérios, formalmente, à publicidade das estatais. A bobagem estava claramente encaminhada, na área de Comunicação, quando o secretário de Governo, general Santos Cruz, chamou a atenção para a Lei das Estatais. Não pode o Executivo, segundo essa lei, meter-se em decisões administrativas como a publicidade estritamente mercadológica.

No começo do mandato o presidente já havia abandonado, ou pelo menos adiado, o plano de mudar para Jerusalém a embaixada em Israel. Advertido para o custo de uma encrência com países muçulmanos, grandes importadores de alimentos produzidos no Brasil, reviu sua ideia e substituiu a mudança da embaixada pela instalação de um escritório comercial. Mais que uma decisão econômica, esse remendo foi uma tentativa de mostrar-se fiel ao compromisso de seguir, algum dia, seu líder Donald Trumpe ao mesmo tempo contentar os apoiadores evangélicos. Nenhum desses motivos tem relação com os interesses políticos e econômicos de uma diplomacia de respeito.

**CONTINUA**

26 MAI 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

O Executivo brasileiro recuou também do anunciado abandono do Acordo de Paris sobre o clima. Deu mais um passo atrás ao confirmar, depois de havê-la negado, a realização, em Salvador, de uma conferência regional preparatória para uma grande reunião sobre a questão climática em Santiago do Chile. Alguém próximo do presidente deve ter-lhe apontado os enormes custos diplomáticos e comerciais de suas bravatas anticonservacionistas. Os custos internos do empobrecimento ambiental deveriam ser suficientes, mas a esses o presidente e vários de seus auxiliares parecem absolutamente insensíveis.

Enquanto o presidente passava mais uma semana tropeçando, perdendo tempo e sendo forçado a recuar mais de uma vez, o vice Hamilton Mourão participava de reuniões em Pequim, era recebido pelo presidente Xi Jinping e tentava anular os danos causados por seu chefe e pelo ministro das Relações Exteriores na relação com a China, maior cliente das exportações brasileiras.

Além de ser grande compradora, a China tem um importante programa internacional de investimentos em infraestrutura. É preciso, sim, avaliar a conveniência de cada projeto, mas isso é função normal de um governo tecnicamente preparado, competente na ação diplomática e levado a sério pelas autoridades estrangeiras.

Sem essas qualidades, nenhuma passeata de apoio será suficiente para fortalecer um presidente e sua equipe. A ruindade será do governo. Não adianta culpar a democracia.



26 MAI 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

# Docentes mostram Paulo Freire a Weintraub

*Gilberto Amendola*

Em encontro com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, um grupo de educadores que venceu o prêmio "Professores do Brasil" fez um ato e levantou livros de Paulo Freire durante a fotografia oficial. Entre os 30 professores presentes ao evento, em um hotel no bairro de Pinheiros, na zona oeste da capital paulista, ao menos oito tinham o livro de Paulo Freire em mãos - alguns ergueram seus exemplares durante a foto ao lado do próprio ministro.

"Foi uma manifestação respeitosa e silenciosa. Soubemos antontem (sexta) que ele participaria do encontro. Então, pensamos em colocar a nossa posição contra o corte de recursos para as universidades. E também mostrar a importância de Paulo Freire", disse a professora Ana Beatriz Maciel, 34 anos.

Questionado sobre a manifestação dos professores, Weintraub disse respeitar opiniões diferentes das dele. "Ela tem o direito de dizer 'Viva Paulo Freire'. Eu também tenho o direito de dizer que o único lugar que segue Paulo Freire é o Brasil. Quando você tem uma pesquisa que é boa, um antibiótico, uma aspirina ou um avião, os outros tendem a copiar. Ninguém quis copiar Paulo Freire e nossos resultados são ruins", disse.

No encontro, o ministro criticou o que ele chama de "narrativa" que pretende mostrá-lo como inimigo dos professores. "Eu quero saber como está sendo gasto o dinheiro -- que não está indo para vocês", disse Weintraub. Ele reforçou que aquilo que vem pedindo às universidades é transparência.

Sobre as críticas que vem recebendo, Weintraub disse que tem sido até chamado de nazista pelos críticos. "Nada mais horrível que alguém que teve familiar que foi para um campo de concentração ser chamado de nazista."

Criado pelo Ministério da Educação, o prêmio "Professores do Brasil" tem o objetivo de valorizar o trabalho dos professores da rede pública. Os premiados seguirão para Quebec e Ottawa, no Canadá. A premiação é uma parceria com o Colleges and Institutes Canadá.

# Investigação sobre Flávio alcança 37 imóveis

## Promotoria já apontou indícios de lavagem de dinheiro em transações do senador

Fabio Leite

ENVIADO ESPECIAL / RIO

Marcelo Godoy

A investigação sobre o gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) atinge um total de 37 imóveis supostamente ligados ao senador do PSL, sua família, além da empresa Bolsontini Chocolates e Café. São 14 apartamentos e 23 salas comerciais em Copacabana, Botafogo, Barra da Tijuca e Jacarepaguá. O parlamentar afirma que não cometeu nenhum crime e se diz vítima de perseguição.

No pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal de Flávio e outras 94 pessoas e empresas, de 15 de abril, o MP afirmava já ter reunido informações de que ele investira R\$ 9,4 milhões na aquisição de 19 imóveis. “As vendas declaradas entre 2010 e 2017 representariam uma lucratividade de R\$ 3 milhões.” Em 21 de março, no entanto, relacionou os 37 imóveis em um pedido de informações a cartórios do Rio.

O documento sobre os imóveis é assinado por três promotores estaduais, que requisitaram cópias das certidões para verificar se existe algum tipo de dívida ligada ao imóvel, quem são seus proprietários e quando e como eles foram adquiridos. A devassa patrimonial é uma das li-

nhas de investigação do Ministério Público no caso dos supostos pagamentos irregulares detectados no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro e das movimentações bancárias atípicas nas contas de seu ex-assessor Fabrício Queiroz.

‘Arrecadação’. A apuração sobre o patrimônio começou após reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a evolução do patrimônio da família Bolsonaro em janeiro de 2018. Ela envolvia negociações de 19 imóveis e foi aberta em 20 de fevereiro, no Grupo de Atuação Originária em Matéria Criminal.

Em 26 de abril, o parlamentar entregou sua defesa. Disse que os imóveis não valiam o que era estimado pela prefeitura, pois “qualquer habitante da terra sabe que estes valores são superfaturados pelo poder público para aumentar a arrecadação com impostos como IPTU e ITBI e que um imóvel jamais seria vendido se anunciado pelo valor estimado pela Prefeitura”.

De acordo com ele, a acusação descon siderava as formas e o contexto com que os imóveis haviam sido negociados e confundia as datas de “compra e venda dos mesmos”. Flávio diz ter adquirido o imóvel de Botafogo quando era solteiro em 2005 por R\$ 350 mil e o vendido nove anos depois por R\$ 1,45 milhão, valores, segundo ele, “compatíveis com a valori-

zação imobiliária ocorrida no Rio durante o período”.

Com esse dinheiro, o então deputado comprou o imóvel na Barra da Tijuca, onde mora, avaliado em R\$ 2,55 milhões. Flávio afirma na manifestação ter feito financiamento no banco Itaú para pagá-lo e confirmou ter comprado em 2008 salas comerciais na Barra da Tijuca. Pagou “parcelas da compra com muita dificuldade até a cessão de direitos ser adquirida pela MCA Participações Ltda em 2010”. Houve ganho de R\$ 210 mil para Flávio “Nenhuma mágica na operação”, diz ele. “Apenas um arriscado, mas bem sucedido negócio legal transparente e devidamente declarado”.

Sobre os apartamentos em Copacabana, ele afirmou que em 2012 vislumbrou outra “oportunidade de investimento em imóveis”. Comprou as “quitinetes em péssimo estado de conservação e com dívida de condomínio”. Disse ter pago R\$ 140 mil por um e R\$ 170 mil por outro aos proprietários americanos. Revendeu os imóveis “às vésperas da Copa do Mundo de 2014, o que os valorizou bastante”. Ele também negou irregularidades relacionadas ao imóvel em Laranjeiras e pediu o arquivamento da investigação.

Em 17 de maio, o promotor Tullio Caiban Bruno solicitou o arquivamento do caso por não vislumbrar “quaisquer elementos informativos alusivos à prática

de infração penal antecedente pelo parlamentar Flávio Bolsonaro da qual o produto ou resultado financeiro estaria sendo ocultado ou dissimulado mediante a aquisição de imóveis”. Em 18 de maio, o subprocurador-geral de Justiça, Alexandre Araripe Marinho, aprovou o relatório.

**CONTINUA**

26 MAI 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Em 28 de fevereiro de 2019, o Grupo de Atuação Especializada no Combate à Corrupção (Gaecc) do MP do Rio pediu o desarquivamento do caso, o que ocorreu em 14 de março em razão da investigação sobre a apropriação de dinheiro de funcionários da Alerj no gabinete de Flávio.

A assessoria do senador informou que “não são verdadeiras as informações vazadas acerca do patrimônio do parlamentar”. “Continuo sendo vítima de seguidos e constantes vazamentos de informações contidas em processo que está em segredo de Justiça”, diz a nota. “Sempre declarei todo meu patrimônio à Receita e tudo é compatível com a minha renda”, prossegue. “Tenho meu passado limpo e jamais cometi qualquer irregularidade em minha vida.”

27 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

# O STF e o Executivo



Em evento promovido pela International Bar Association sobre segurança jurídica e os riscos de insolvência na economia globalizada, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, fez duas observações importantes sobre o papel do Judiciário e suas relações com o Executivo.

A primeira observação foi sobre as relações entre o direito e a economia, principalmente num cenário de emaranhado de leis. Segundo ele, a ideia de que “a economia deve conduzir o direito” causa preocupação no âmbito da Justiça, uma vez que seus membros têm de decidir com base na racionalidade lógico-formal do sistema jurídico, e não com base na racionalidade funcional do sistema econômico. É por isso que os tribunais devem ter a “frieza” de fazer valer os contratos e de preservar atos juridicamente perfeitos, desempenhando assim suas atribuições constitucionais, afirmou Toffoli.

A segunda observação foi no sentido de que, ao julgar litígios, os juízes devem prender-se mais às normas, cuja redação é objetiva, do que aos princípios jurídicos, que são expressos por conceitos indeterminados. Magistrados querem “fazer justiça em caso concreto, em vez de aplicar a lei. A função dos tribunais é aplicar a Constituição e as leis. É garantir que as normas jurídicas e as regras do jogo político sejam cumpridas como foram estabelecidas”, disse ele.

O pronunciamento do presidente do Supremo Tribunal Federal ocorreu três dias depois que o presidente Jair Bolsonaro divulgou um texto que acusa o Legislativo e o Judiciário de impedi-lo de governar e praticamente às vésperas de manifestações de grupos que apoiam o Executivo contra os outros Poderes. O discurso também foi feito no mesmo dia em que os jornais mostravam que, em apenas 135 dias de

gestão, cerca de 30 medidas adotadas pelo governo Bolsonaro estavam sendo questionadas na mais alta Corte do País. Entre as normas cuja constitucionalidade está sendo contestada estão o decreto que determinou o contingenciamento das verbas das universidades federais, o decreto que ampliou o direito de porte e posse de armas e a medida provisória que proíbe desconto de contribuição sindical em folha de pagamento.

Toffoli usou cautelosamente as palavras, mas suas observações foram um recado claro dirigido ao Executivo. Na primeira observação, ele deixou claro que, se a Constituição e as regras do processo legislativo não forem devidamente observadas na votação de Propostas de Emenda Constitucional, o STF não hesitará em declarar sua inconstitucionalidade. Em outras palavras, por mais importante que seja a reforma previdenciária para a contenção da crise fiscal, os argumentos jurídicos dos 11 ministros da Corte prevalecerão sobre os argumentos econômicos do governo. E por mais urgentes que sejam as medidas destinadas a conter a crise fiscal, o Supremo não aceitará que elas passem por cima de atos juridicamente perfeitos.

Em sua segunda observação, Toffoli também demonstrou habilidade. Ele sabe claramente que parte das críticas que a Justiça tem sofrido decorre da opção de determinados magistrados por interpretações extensivas do direito, muitas vezes com a intenção de proteger o que supõem ser a parte mais fraca nos litígios, o que torna as decisões judiciais imprevisíveis e dissemina a insegurança do direito. Assim, ao recomendar enfaticamente aos juízes que deixem de lado, em seus julgamentos, a “ponderação de princípios” e levem em conta o que a lei diz, o presidente do STF antecipou-se a uma crítica que era esperada nas manifestações de domingo.

A tensão entre o Executivo e o Judiciário só está ocorrendo por causa de dois equívocos cometidos pelo presidente da República. O primeiro é o expediente de usar decretos e medidas provisórias para tratar de matérias que teriam de passar pelo Congresso sob a forma de projetos de lei ou de Propostas de Emenda Constitucional. O segundo é desprezar os órgãos técnicos responsáveis pela qualidade da elaboração legislativa. As consequências desses erros são imprevisíveis e podem custar caro ao governo e ao País.

27 MAI 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## Em Brasília, Super-Moro e fantasias de lagostas

Em Brasília, a manifestação contou com um boneco inflável gigante do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, representado como o Super-Homem, levado à frente do Congresso. A Polícia Militar estimou que 20 mil pessoas estiveram no ato, que durou três horas.

Moro usou as redes sociais para elogiar as manifestações pró-governo. “Festa da democracia”, escreveu em sua conta no Twitter. “Povo na rua é democracia. Com povo e Congresso, avançaremos. Gratidão. #Brasil.”

**Supremo.** De cima de um dos trios elétricos, um grupo de pessoas se fantasiou de lagostas, em alusão ao edital do STF que prevê a compra de refeições com o crustáceo e vinhos com premiação internacional. Como mostrou o Estado, o edital provocou desconforto entre ministros e indignação entre servidores do Supremo.

No gramado em frente ao Congresso, onde os manifestantes se concentraram, outro grande boneco inflável foi armado e recebeu o nome de “Privileco”. Do trio, uma das manifestantes tentou sintetizar o motivo da nova criação. “Representa todos aqueles parlamentares e aqueles que atrapalham as reformas pontuais que estão em trâmite na Câmara”, disse.

A insatisfação dos manifestantes também teve como alvo o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o Centrão. / AMANDA PUPO

27 MAI 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

# Raquel Dodge se opõe a anular condenação de Cunha na Lava Jato

Defesa do ex-presidente da Câmara contesta decisão do ex-juiz Sérgio Moro, que o sentenciou a 15 anos de prisão

*Luiz Vassallo*

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se manifestou pela manutenção de ação penal da Operação Lava Jato na qual o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB-RJ) foi condenado a 14 anos e 6 meses de prisão. O deputado cassado foi sentenciado pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. A defesa do emedebista pede a anulação da condenação.

A denúncia foi oferecida pela Procuradoria-Geral da República em março de 2016. Em junho daquele ano, o Supremo Tribunal Federal abriu ação penal contra Cunha por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crime eleitoral. Após o emedebista ter o mandato cassado, em setembro de 2016, o então relator do caso no Supremo, Teori Zavascki, enviou o caso para a primeira instância em Curitiba.

Na primeira instância, o então juiz Sérgio Moro absolveu Cunha do crime eleitoral e manteve as demais acusações. O emedebista foi então condenado por Moro a 15 anos e 4 meses de prisão. Na segunda instância, ele teve a pena reduzida para os 14 anos e 6 meses.

Para os advogados do ex-presidente da Câmara, a decisão de Moro na primeira instância "afronta" o acórdão do Supremo que aceitou a denúncia tam-



**Parecer.** Para Raquel, ex-juiz não 'afrontou' decisão do STF

• Segunda instância

**14 anos**

e 6 meses é a pena imposta a Eduardo Cunha pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). O emedebista foi acusado de receber propina em negócio da Petrobrás na África.

bém para crime eleitoral. Por isso, a defesa solicita à Corte a anulação da sentença.

Raquel, no entanto, não vê justificativa para o pedido. "Embora o STF tenha recebido integralmente a denúncia ofertada pela Procuradoria-Geral da República, essa decisão não impedia (a Justiça de primeira instância) de absolver sumariamente o réu quanto a fatos por ela considerados atípicos, tal qual ocorreu em relação ao suposto crime eleitoral", afirmou a chefe do Ministério Público em parecer ao Supremo.

Ainda segundo Raquel, não "houve, pois, desrespeito, pelo

Juízo da 13.ª Vara Federal de Curitiba/PR, ao acórdão de recebimento da denúncia proferido pelo STF, de modo que a presente reclamação deve ser julgada improcedente".

Nesta ação penal que a defesa tenta anular, Cunha foi acusado de receber propina de US\$ 1,5 milhão envolvendo a compra de um campo petrolífero no Benin, na África, pela Petrobrás, em 2011. Além disso, de acordo com a Procuradoria, o então deputado federal movimentou dinheiro de origem ilícita em contas secretas mantidas na Suíça.

**Transferência.** Preso desde outubro de 2016 no Paraná, o ex-presidente da Câmara recebeu na semana passada autorização da Justiça do Rio de Janeiro para passar a cumprir pena na capital fluminense, onde mora sua família. O juiz Rafael Estrela, titular da Vara de Execuções Penais do Rio, enviou parecer à Justiça do Paraná, que vai emitir a decisão definitiva sobre a transferência.



# GAZETA DO POVO

## editorial 25 MAI 2019

### O STF insiste em legislar

STF insistiu em continuar com o julgamento sobre a criminalização da homofobia mesmo com a tramitação de projetos no Senado, declarando uma omissão inexistente

O principal argumento para que o Supremo Tribunal Federal julgasse a criminalização da homofobia, por meio do Mandado de Injunção 4.733 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26, era, como diz o próprio tipo de uma das ações, a suposta omissão do Congresso Nacional em legislar sobre o assunto. A própria ideia de que o Poder Legislativo estaria sendo omissa nesta questão, em si, já é controversa, pois a opção por rejeitar ou até mesmo não analisar determinado projeto de lei (como ocorreu como o PL 122/2006, sobre a homofobia) é, por si só, um juízo que se faz acerca dessa proposição legislativa.

Mas, entre fevereiro deste ano, quando o Supremo começou o julgamento, e esta quinta-feira, quando a corte retomou o assunto, o Congresso não ficou parado. Na quarta-feira, dia 22, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou dois projetos de criminalização da homofobia, o 672/2019 e o 191/2017. O primeiro faz justamente aquilo que as entidades LGBT pediam ao Supremo: a inclusão da discriminação por sexo, orientação sexual e identidade de gênero na Lei do Racismo (7.716/89); o segundo inclui na Lei Maria da Penha a agressão contra transexuais. O Senado notificou o STF sobre a tramitação dos dois projetos, o que deveria ser mais que suficiente para que os ministros suspendessem o julgamento e aguardassem o fim da tramitação no Legislativo.

No entanto, não foi o que ocorreu. Por nove votos a dois, os ministros decidiram seguir com o julgamento, usando argumentos como o de que a tramitação de projetos de lei pode ser um processo longo, e que não há garantia de aprovação. À exceção de Marco Aurélio Mello e do presidente da corte, Dias Toffoli, os ministros invocaram um precedente de 2007. Até então, a corte entendia — corretamente — que a existência de um processo em tramitação no Legislativo afastava a acusação de omissão; naquele ano, entretanto, o STF mudou seu entendimento. Diante disso, é preciso perguntar: o que seria preciso, então, para que não fosse caracterizada a omissão parlamentar?

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO 25 MAI 2019

## CONTINUAÇÃO

A impressão que fica, mas que não se diz às claras, é que haverá omissão sempre que o Congresso não decida da forma que os ministros julgam correta. E, diga-se de passagem, a acusação de lentidão no processo legislativo soa estranhíssima quando se sabe que a corte consegue procrastinar decisões importantes por anos — muitas vezes, bem mais tempo que o necessário para a aprovação de uma lei.

Alguns dos ministros não esconderam que havia outros fatores por trás da decisão de continuar com o julgamento sobre a criminalização da homofobia, apesar de o Senado estar tratando do tema. “Se esse requerimento não tivesse sido precedido desse episódio, eu confesso que ponderaria que nós deveríamos ponderar um critério de prudência política (...) Não se trata de retaliação; trata-se de postura judicial: ou o Judiciário é independente, ou o Judiciário é subserviente”, disse Luiz Fux. O requerimento que mencionava era a notificação do Senado, informando que já não havia omissão; o “episódio” que o precedeu foi o pedido coletivo de impeachment dos quatro ministros que já tinham votado a favor da criminalização da homofobia em fevereiro — Celso de Mello, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso.

Em outras palavras, o que Fux deixa evidente é que as considerações sobre haver ou não omissão parlamentar se tornaram um fator secundário; o principal, na sessão desta quinta-feira, era reafirmar a independência do Judiciário diante do que Celso de Mello chamou de “superlativa intolerância”, referindo-se ao pedido de impeachment protocolado por um grupo de deputados, que agiu dentro das regras estabelecidas pela Constituição, independentemente da sensatez ou não do seu pedido. Ao subordinar a questão jurídica — que, no STF, deveria ser o essencial — à questão político-circunstancial que envolve Congresso e Supremo, o que Fux faz é falsear o mérito da discussão. Já não se discute se há ou não

omissão; trata-se apenas de decidir quem tem a palavra final.

A sessão desta quinta-feira deixou claro: há ministros do Supremo que realmente querem legislar. Querem fazê-lo mesmo quando o Congresso está cumprindo sua função e colocando projetos de lei para tramitar. E insistem no julgamento mesmo quando um dos projetos aprovados na CCJ, ao inserir a homofobia na Lei do Racismo — um equívoco que já comentamos neste espaço —, vai exatamente na mesma direção da maioria formada no STF, com os votos dados na quinta-feira por Rosa Weber e Luiz Fux. O que não fariam se o Congresso estivesse agindo, mas tomando uma direção oposta à convicção de ministros que, como já afirmou Barroso, querem “empurrar a história”? Na sessão desta quinta, o Supremo encontrou uma nova forma de desprezar o Legislativo. Antes, os ministros simplesmente legislavam; agora, também se dão o direito de dizer que o Congresso não está legislando mesmo quando projetos de lei tramitam e colecionam aprovações. ●

# GAZETA DO POVO

CÁSSIO LISANDRO TELLES

25 MAI 2019

## **Novos TRFs: uma luta que não pode ser isolada**

**E**m junho de 2013, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 73, criando quatro novos Tribunais Regionais Federais — no Paraná, Minas Gerais, Bahia e Amazonas. A iniciativa pioneira era do Paraná e de Minas Gerais, que lutavam pela criação de um TRF desde 2001, quando foi apresentada no Senado a Proposta de Emenda Constitucional 9. Uniram-se ao pleito os demais estados, todos com potencial de demandas suficientes para justificar a criação de seus TRFs.

Foi uma vitória da união de forças desses estados, que reclamavam, de forma justificada, mais proximidade com a jurisdição federal de segundo grau. O TRF6, com sede em Curitiba, segundo a emenda, abrigaria, além do Paraná, os estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

A Associação Nacional dos Procuradores Federais, categoria à qual pertencia o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, ingressou com ADI e o presidente do STF resolveu suspender, por liminar, a instalação dos novos TRFs. A ADI 5017 aguarda julgamento desde 2013.

Agora, noticia-se que o presidente do STJ e do Conselho da Justiça Federal, que é oriundo de Minas Gerais, propôs novamente — e o CJF aprovou — a criação do TRF mineiro. Conquanto seja legítima a pretensão desse estado em ter seu TRF, vez que há volume de demandas a justificá-lo, a iniciativa inverte a ordem lógica das medidas tendentes a efetivar esse desejo.

Uma vez que já foi aprovada no Congresso Nacional a Emenda 73, criando quatro TRFs, incluindo o de Minas Gerais, não há justificativa em propor uma nova emenda constitucional com a mesma finalidade.

A união dos quatro estados, que lutam pela aprovação dessa emenda, deve continuar. Iniciativas isoladas enfraquecem o pleito. Ademais, o momento é de exigir do STF um pronunciamento, pois são quase seis anos de tramitação da ADI, com uma liminar concedida por um só ministro, sem ter passado pelo plenário,

o que não justifica a suspensão dos efeitos de uma emenda constitucional aprovada no Congresso após muito debate sobre a matéria.

Interessante lembrar que o próprio Conselho da Justiça Federal havia aprovado, em 2013, um anteprojeto de lei sobre a estruturação dos novos tribunais criados, ou seja, aquele conselho entendeu adequados à demanda na Justiça Federal os quatro novos tribunais.

Questiona-se os gastos que os novos TRFs provocarão, mas já está em tramitação o Projeto de Lei 8132/2014, apresentado pelo STJ, prevendo novos cargos de

desembargadores nos atuais TRFs. No TRF4, com sede em Porto Alegre, que tem competência também no Paraná, são propostos 12 novos cargos de desembargador e 168 cargos de servidores. Segundo a proposta legislativa, os recursos sairão do atual orçamento da Justiça Federal. Ora, antes de criar novos cargos no TRF4, mais adequado seria lotar esses novos julgadores e servidores no TRF6 a ser criado no Paraná. O atual prédio da Justiça Federal em Curitiba poderia perfeitamente acomodar o novo tribunal, juntamente com as atuais varas, sem necessidade de novos investimentos — aliás, neste prédio já funciona uma turma descentralizada do TRF4.

No Paraná, apenas nas Varas Federais (sem contar juizados especiais) tramitam, atualmente, 338.104 ações na Justiça Federal de primeiro grau. Em Santa Catarina, 278.515; e, na seção judiciária do Rio Grande do Sul, 462.838.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

25 MAI 2019

novo TRF do Paraná, contando apenas os processos do estado e de Santa Catarina (sem incluir o Mato Grosso do Sul), teria 616.619 processos em primeiro grau, contra 462.838 do Rio Grande do Sul. Nos Juizados Especiais do Paraná são mais 509.883 processos. São números que justificam a criação do TRF da 6.<sup>a</sup> Região, com sede no estado.

A iniciativa isolada de criar o TRF apenas em Minas Gerais não se mostra oportuna, quebra a expectativa de julgamento sobre a emenda constitucional já aprovada no Congresso Nacional, frustra a união dos quatro estados que tiveram seus TRFs aprovados anteriormente e causa tumulto em matéria que já está madura e sobre a qual o Congresso já deliberou.

Aproximar a Justiça da sociedade, por meio de um novo TRF, gera economia de gastos pelo jurisdicionado, pois evita deslocamentos a Porto Alegre, permite o acesso mais fácil e rápido ao segundo grau de jurisdição e traz celeridade no julgamento das demandas.

Paraná e Minas Gerais, bem como Amazonas e Bahia, merecem ter seus TRFs. Devem se unir para a efetivação da emenda constitucional, com a implantação dos novos tribunais. Iniciativas isoladas de um ou outro estado caracterizam a bandeira que foi empunhada outrora de maneira harmoniosa, conjunta e unida. ●

Cássio Lisandro Telles é presidente da OAB Paraná.

# Ponto para Moro

Indicadores mostram queda de violência durante governo Bolsonaro; homicídios caem 27%

*Kelli Kadanus*

● Uma das prioridades do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, para sua gestão à frente do ministério, a criminalidade apresentou uma queda nos primeiros meses de 2019 em relação ao mesmo período do ano passado. O ministro, porém, tem evitado comemorar. Segundo ele, é melhor esperar para ver se a tendência de queda se mantém nos próximos meses.

Analisar índices de violência no Brasil é uma tarefa complicada. A versão mais atual do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, traz dados apenas até 2016. O Ministério da Saúde, por sua vez, tem apenas dados preliminares referentes ao ano de 2017.

O Monitor da Violência, organizado pelo portal G1, tem os dados mais atualizados. A ferramenta compila números obtidos junto aos estados via Lei de Acesso à Informação e assessorias de imprensa e tem informações atualizadas de 2011 até março deste ano.

O Monitor da Violência checa apenas os crimes violentos - homicídios, lesão corporal seguida de morte e latrocínio. Através da plataforma, é possível observar uma redução de 27% nesses crimes no primeiro trimestre do ano, em comparação com o mesmo período do ano passado.

Os casos de latrocínio foram os que tiveram maior redução segundo o levantamento, de quase 30%, se somados todas as ocorrências no primeiro trimestre de cada ano. Os homicídios aparecem em segundo lugar, com redução de 27,7%, seguidos pela lesão corporal seguida de morte, com redução de 13% no período.

## 30%

foi a redução nos casos de latrocínio;

## 27,7%

de queda nos homicídios;

## 13%

menos casos de lesão corporal seguida de morte, segundo o Monitor da Violência na comparação do primeiro trimestre de 2019 com o mesmo período de 2018.

Os dados anuais do Monitor da Violência mostram que em apenas dois anos não houve aumento no número de crimes violentos no país, considerando o total de ocorrências anuais. As únicas reduções ocorreram de 2014 para 2015 (-2,8%) e de 2017 para 2018 (-12,7%).

Em 2018, o total de ocorrências de crimes violentos chegou ao menor patamar desde 2012, quando foram registrados 53 mil casos durante o ano. Em 2018, esse número foi de 51,5 mil ocorrências.

### Sinesp e os dados oficiais até janeiro

O banco de dados oficial com informações mais recentes sobre a criminalidade no Brasil é o Sinesp, plataforma do Ministério da Justiça que compila todos os boletins de ocorrência da Polícia Civil em todos os estados e no Distrito Federal. A plataforma tem dados atualizados de 2015 até janeiro deste ano.

**CONTINUA**

O Sinesp trabalha com nove categorias de crimes: estupro, furto de veículo, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, roubo a instituições financeiras, roubo de cargas, roubo de veículos, latrocínio (roubo seguido de morte) e tentativa de homicídio. Dos crimes compilados pelo Ministério da Justiça, apenas a lesão corporal seguida de morte não apresentou redução em janeiro de 2019, em comparação ao ano anterior. Foi registrado exatamente o mesmo número de ocorrências: 78 em cada ano, no mês de janeiro.

O roubo a instituições financeiras foi o tipo de ocorrência com maior redução em relação ao mesmo período do ano passado. Passou de 84 ocorrências em janeiro de 2018 para 48 em janeiro deste ano - uma queda de quase 43%. Em seguida, aparecem as categorias de roubo de veículos (com redução de 28,5%) e roubo de cargas (redução de 27,2%).

Segundo o doutor em sociologia e ex-secretário de segurança pública de Minas Gerais, Luís Flávio Saporì, essa redução tem relação com a atuação policial nos estados. "Isso dá sinais de que a atuação policial nos estados está melhorando. São crimes que reagem muito a capacidade das forças do estado, a capacidade repressiva, ostensiva e investigativa da polícia", afirma o especialista.

Em relação aos crimes violentos - homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte -, as quedas foram menores, mas existiram. Os homicídios caíram 20,6% em todo o país em janeiro de 2019, em comparação com o mesmo período de 2018. Os latrocínios diminuíram em 11,8% de um ano

para o outro e os casos de lesão corporal seguida de morte continuaram estáveis nos dois períodos.

### **A redução não vem de agora, mostram os dados anuais**

Os crimes violentos também tiveram uma queda em 2018, quando analisados os dados anuais. Em 2017, foram registrados 53,4 mil casos de homicídio doloso em todo o país. Em 2018, esse número caiu para 45,6 mil - uma redução de 14,5% no período.

Os casos de latrocínio também caíram de 2017 para 2018, em 19,3%. As duas categorias estão entre as três que tiveram maior redução no período - o roubo de cargas ficou em segundo lugar, com queda de 15,4% nas ocorrências anuais.

Já os casos de lesão corporal seguida de morte tiveram uma redução de 8,7% de um ano para o outro.

Para Guaracy Mingardi, ex- investigador da polícia e especialista em segurança pública, a queda nos índices de crimes violentos é uma soma de fatores que ainda não são possíveis de identificar.

"Quanto aos homicídios, uma das causas é que reduziu o conflito entre PCC e CV [Comando Vermelho, facção rival]. Eles estão se matando menos. Mas não é só isso. Tem alguns lugares onde a política estadual teve efeito e outros lugares que não dá para saber o que aconteceu. Nunca é uma causa só", afirma.

### **Quais são as causas para a redução**

Na semana passada, Moro comentou a queda na criminalidade no Twitter, afirmando que a queda na criminalidade registrada nos primeiros meses é "um bom co-

meço". "Em todos os Estados que visito, o comentário é de que o número de crimes tem caído desde janeiro. Mérito de muitos, Governos locais e federal, do presidente Bolsonaro. Muito ainda a fazer e o mais relevante é transformar isso em tendência permanente. Mas não deixa de ser um bom começo", disse o ministro.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) também usou as redes sociais para comentar a queda nos índices. "Dados oficiais dos estados confirmam queda de 24% dos homicídios no Brasil no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2018. 'Especialistas' dirão que a queda não tem relação com nossas ações, mas se o número tivesse aumentado, certamente culpariam o governo", disse o presidente.

Segundo Saporì, os índices de violência no Brasil vêm em queda antes do atual governo federal assumir. "Há indícios de que há uma queda na violência no Brasil, sim. Os primeiros sinais disso começaram no ano passado, que teve uma queda de homicídios", diz o sociólogo.

Segundo o ex-secretário de segurança pública de Minas Gerais, a tendência é que os índices continuem caindo em 2019, mas não é possível afirmar que a queda vai se firmar nos próximos anos. "Mas uma coisa podemos afirmar, é uma queda que vem antes do governo Bolsonaro. Não há nenhuma medida que o governo tenha tomado até o momento, especialmente a liberação da arma de fogo, que possa ser usada para explicar essa redução ainda incipiente", diz Saporì.

25 MAI 2019

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Para o especialista, a melhora na atuação das polícias nos estados é a hipótese mais provável para a redução nos índices. “A hipótese que eu trabalho é que houve mudança nas ações de vários governos estaduais, uma ação mais firme, mais efetiva, mais eficiente no controle da criminalidade através de políticas públicas, através da melhoria da atuação policial preventiva e repressiva”, ressalta. ●

27 MAI 2019

# BEMPARANÁ

#CURITIBANOS PRO-BOLSONARO LOTAM CENTRO DE CURITIBA

## Manifestação tem retirada de faixa e agressões a jornalistas

Movimento também teve adesão de caminhoneiros e de cidades do interior do PR

Milhares manifestantes pró-Bolsonaro tomaram conta do Centro de Curitiba, ontem à tarde. Eles se concentraram na Praça Santos Andrade e seguiram pela Rua XV até a Boca Maldita. Todos vestiam verde e amarelo, mas as pautas eram as mais diversas. Alguns declaravam apoio ao presidente, outros ao ministro da Justiça, Sérgio Moro, alguns falavam na Reforma da Previdência e tinham os que criticavam o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF).

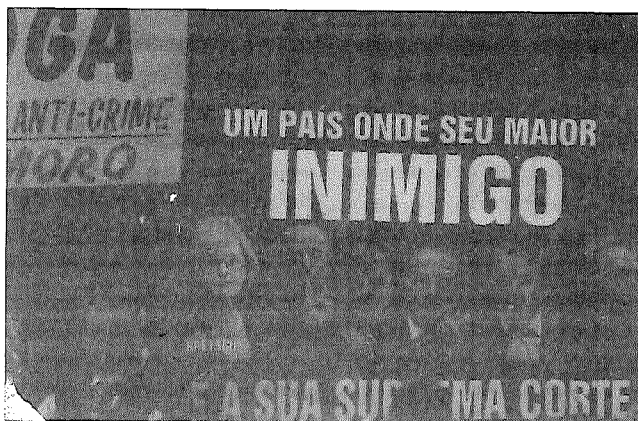
O que mais repercutiu, no entanto, foi a retirada da faixa com os dizeres "EM DEFESA DA EDUCAÇÃO #OrgulhoDeSerUFPR #UniversidadePública #EuDefendo" da frente do prédio da Universidade Federal (UFPR). A faixa foi colocada durante as manifestações de apoio às instituições federais de ensino, que tiveram 30% das verbas cortadas pelo governo Bolsonaro.

A retirada da faixa foi aplaudida pelos manifestantes, que irritados com a cobertura da imprensa hostilizaram e agrediram verbalmente e fisicamente pelo menos quatro jornalistas no local. Os profissionais eram do Bem Paraná, da Gazeta do Povo, do Plural e um estudante do jornal laboratório da UFPR. Duas as vítimas registraram Boletim de Ocorrência no 8º Distrito Policial. O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor-PR), Gustavo Henrique Vidal, enviou uma nota da entidade de repúdio às agressões. "O Sindijor-PR repudia veementemente a violência contra jornalistas, profissionais



Fotos: Franklin de Freitas

O momento em que a faixa de apoio à UFPR foi retirada



Manifestação teve críticas pesadas ao Supremo Tribunal

responsáveis pela fiscalização da democracia. É preciso identificar os responsáveis pelas ações e punir com o rigor da lei", diz a nota.

A estimativa dos organizadores é que 50 mil pessoas participaram do protesto em Curitiba. A Polícia Militar do Paraná não divulgou estimativa.

**Caminhoneiros** — Cerca 60 caminhões fizeram uma carreata em apoio às reformas e estacionaram no Cen-

tro Cívico.

**Interior do Paraná** - No interior do Estado, 24 cidades também tiveram manifestações pró-Bolsonaro. As mais significativas aconteceram em Londrina, Maringá, Guarapuava e Foz do Iguaçu.

**No País** — Ao menos 156 cidades em 26 estados e no Distrito Federal tiveram protestos ontem em defesa do presidente Jair Bolsonaro.



27 MAI 2019

# BEMPARANÁ

# VIOLÊNCIA SOCIAL

## Paraná é o sexto estado do País que mais faz uso do trabalho infantil

Raio-X feito pela Rede Peteca revela que há 158 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando no Estado

Rodolfo Luis Kowalski

Um raio-X feito pela plataforma “Rede Peteca – Chega de Trabalho Infantil” revela que o Paraná é o sexto estado brasileiro que mais faz uso do trabalho infantil. Em 2015, segundo o estudo da Rede, haviam 157.695 crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos trabalhando no Paraná. Ainda segundo o levantamento, a exemplo de estados como São Paulo e Rio de Janeiro, no Paraná a administração pública emprega mais de 10% dessa população, via de regra de maneira regularizada: a partir dos 14 anos, como aprendiz, ou sob outros vínculos CLT. No entanto, agropecuária e comércio concentram quase 50% das ocupações de crianças e adolescentes, setores com grande grau de informalidade.

É importante deixar claro, portanto, que entre as quase 158 mil crianças e adolescentes em situação de trabalho no Brasil há um grupo que, embora minoritário, está legalmente empregada, seja na condição de aprendiz ou por outros vínculos previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Diante da falta de dados precisos, contudo, quantificar exatamente esse contingente é um desafio. Mas um estudo do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) estima que, em 2014, 15,2% dos adolescentes trabalhando possuíam carteira assinada.

A boa notícia, por outro lado, é que o Paraná conseguiu reduzir consideravelmente os números referentes a trabalho infantil nas últimas décadas. Prova disso é que em 2004 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acusava haver 347.592 crianças e adolescentes trabalhando no Paraná. Isso significa que, em 11 anos, registrou-se uma redução de 55%.

Para chegar aos números citados na reportagem, a Rede Peteca fez uma combinação de dados de duas fontes diferentes. Uma delas é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, versão mais recente. A outra é a pesquisa “O Trabalho

Infantil nos Principais Grupamentos de Atividades Econômicas do Brasil”, elaborada pelo FNPETI.

Visando a resolução do problema, o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná (DCA/PR) propõe as seguintes ações: (1) desenvolver estudos e diagnósticos sobre a situação das diferentes formas de trabalho infantil no estado, estabelecendo, por exemplo, recortes de gênero com a finalidade de evidenciar o problema do trabalho infantil doméstico; (2) implementar ações intersetoriais de enfrentamento ao trabalho infantil, tendo em conta as especialidades do perfil das crianças mais vulneráveis; (3) estimular o setor privado a implantar programas de aprendizagem, observando a política nacional e o cumprimento da Lei Estadual nº 15.200/2006 do Programa de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei. Denunciar casos de trabalho infantil e outras violações de direitos de crianças e adolescentes é fácil. Basta ligar para o número 181, o Disque Denúncia do Paraná. A ligação é gratuita e pode ser feita anonimamente. Outras opções são entrar com o Conselho Tutelar ou com outros órgãos de proteção, como os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os conselhos municipais ou estadual dos direitos da criança e do adolescente.

**CONTINUA**

27 MAI 2019

# BEMPARANÁ

## CONTINUAÇÃO

### Reformulada, plataforma CADÊ Paraná terá lançamento amanhã

Amanhã, o Centro Marista de Defesa da Infância irá lançar a plataforma digital Crianças e Adolescentes em Dados Estatísticos (CADÊ Paraná). Criado em 2016, o sistema está passando por uma reformulação completa e agora trará dossiês com panoramas de indicadores sobre a infância para cada um dos 399 municípios paranaenses e um mapa sobre os equipamentos públicos que prestam atendimento à infância.

Além disso, no mesmo dia será divulgado um informe temático sobre trabalho infantil, que estará disponível ao público na plataforma. “Como temos limitação dos dados quantitativos, trabalhamos também com dados qualitativos. Verificamos quais os temas emergentes, o que precisa se discutir na área da infância, e chamamos especialistas. Então vamos além dos dados e tentamos entender os números, em documentos de seis a sete páginas, de leitura bem rápida”, explica Gustavo Queiroz, que atua no setor de comunicação do Centro de Defesa.

### Brasil pode não alcançar o objetivo de erradicar problema

A erradicação de todas as formas de trabalho infantil até 2025 está entre as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), acordo esse que tem o Brasil como um dos signatários. Acontece, porém, que o país pode não conseguir alcançar o objetivo. É que dado o ritmo de queda dos índices de trabalho infantil, até a data limite estabelecida pelo acordo ainda restariam 546 mil crianças e adolescentes trabalhando em 2025.

Relatório do FNPETI e do Ministério Público do Trabalho divulgado em 2017, inclusive, aponta que uma das primeiras metas - erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2016 - não foi alcançada. Em verdade, a situação persiste até hoje, com crianças e adolescentes atuando em categorias relacionadas a exploração sexual, o tráfico de drogas, formas análogas à escravidão (sujeição por dívida, servidão e trabalho compulsório por exemplo) e o plantio (como cana-de-açúcar e pimenta malagueta) entre outras.

### RANKING

(nº de ocupados e 5 a 17 anos)

|                   |         |
|-------------------|---------|
| São paulo         | 405.640 |
| Minas Gerais      | 329.539 |
| Bahia             | 240.725 |
| Rio Grande do Sul | 177.765 |
| Pará              | 168.421 |
| Paraná            | 157.693 |
| Maranhão          | 144.318 |
| Pernambuco        | 123.299 |
| Goiás             | 99.915  |
| Santa Catarina    | 96.739  |

# BEMPARANÁ

## **Cartórios vão contribuir no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro**

Os notários e registradores brasileiros aguardam apenas regulamentação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para atuar em parceria com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no sentido de ajudar na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao informar transações suspeitas ao setor. Esse será uma das palestras da Conferência Nacional dos Cartórios (Concart 2019), que será realizada no SERHS Natal Grand Hotel, em Natal (RN) entre os dias 6 e 8 de junho. As inscrições para o evento já estão abertas e podem ser feitas pelo site do evento.

De acordo com o presidente da Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR), Rogério Bacellar, a Concart 2019 contará com a presença de especialistas e autoridades de renome para focar nos temas atuais e relevantes, assim como os avanços na atuação dos notários e registradores. “As palestras focam na importância dos serviços prestados pelos cartórios para a economia brasileira, como, por exemplo, o combate à lavagem de dinheiro. Sua função social e como ter uma gestão de cartórios com eficiência também estarão em discussão”, explicou.

Segundo o delegado da Polícia Federal, Edson Garutti, que é um dos palestrantes confirmados na Concart 2019 para falar sobre o tema, os cartórios lidam com informações muito importantes, entre elas as relacionadas as transferências de patrimônio, o que reforça a relevância do segmento nos comunicados suspeitos. “O que precisamos é de normatização da atuação dos cartórios no combate à lavagem de dinheiro para a comunicação de operação suspeita ao Coaf”, destacou.

Além disso, os efeitos das decisões dos Tribunais Superiores e a terceirização de serviços auxiliares serão abordados na ocasião.

27 MAI 2019

## **Moro elogia manifestações no Twitter e diz que povo na rua é democracia**

O ministro da Justiça, Sergio Moro, usou as redes sociais para elogiar as manifestações pró-governo “Festa da democracia”, escreveu em sua conta no Twitter, ressaltando que não houve pautas autoritárias. “Povo na rua é democracia. Com povo e Congresso, avançaremos. Gratidão”.

27 MAI 2019

# BEMPARANÁ

## Paraná tem 107 mil títulos cancelados

Mais de 107 mil paranaenses tiveram o título de eleitor cancelado pela Justiça por não terem votado nem justificado a ausência nas últimas três eleições. O estado foi o quinto com o maior número de cancelamentos, atrás de São Paulo (674.500); Rio de Janeiro (299.121); Minas Gerais (226.761); e Rio Grande do Sul (120.190).

No total, foram cancelados 2.486.495 títulos, sendo 1.247.066 na região Sudeste; 412.652 no Nordeste; 292.656 no Sul; 252.108 no Norte; 207.213 no Centro-Oeste; e 74.800 de eleitores residentes no exterior.

Entre as capitais, a cidade de São Paulo (SP) também encabeça o ranking, com 199.136 documentos cancelados. Em seguida, estão o Rio de Janeiro (RJ), com 126.251; Goiânia (GO), com 39.841; Manaus (AM), com 36.372. Curitiba aparece em sexto, com 35.539 cancelamentos. A cidade de Belém, capital do Pará, teve apenas 12 títulos de eleitor cancelados.

Para saber se o seu título foi cancelado, basta consultar a situação no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na área de "Serviços ao Eleitor - Situação eleitoral - consulta por nome ou título". Caso prefira, o eleitor pode comparecer a qualquer cartório eleitoral com um documento de identificação com foto.

**Consequências** - Quem teve o título cancelado deverá pagar uma multa e, em seguida, poderá fazer a regularização da sua situação no seu cartório eleitoral, levando documento de identificação oficial original com foto, comprovante de residência e o título, se ainda o possuir.

A regularização do título eleitoral cancelado somente será possível se não houver nenhuma circunstância que impeça a quitação eleitoral, como omissão de prestação de contas de campanha e perda ou suspensão de direitos políticos, por exemplo.

O eleitor que teve o documento cancelado poderá ser impedido de obter passaporte ou carteira de identidade, receber salários de função ou emprego público e contrair empréstimos em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo.

# IMPACTO PARANÁ

OSMANN DE OLIVEIRA

25 MAI 2019



Osmann de Oliveira  
Advogado

JUSTIÇA

## MULHER NÃO PODE DESISTIR DE AÇÃO CONTRA O AGRESSOR

As mulheres que eram agredidas, no ambiente familiar, depois de acirradas discussões com marido, companheiro ou mesmo pessoa de sua íntima ligação, ia à Polícia registrar queixa, não poderia depois retratar-se e pedir que se arquivasse a pretensão punitiva.

É que, agora, a chamada “Lei Maria da Penha”, passou a ser aplicada com temperamentos técnicos quer por Promotores, Juízes e, finalmente, Tribunais.

“O caso deve ser analisado sob um aspecto técnico relevante: a mulher, por exemplo, vítima de “violência real” e que vai à Polícia, preenche as condições dos artigos 101 do Código Penal que diz:” quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe ação pública a ser proposta pelo Ministério Público” não podendo mais, nos termos do artigo 25 do Código de Processo Penal - oferecida denúncia— haver retratação, isto é, voltar a vítima – a mulher - atrás para deixar o dito por não dito. Neste sentido o Superior Tribunal de Justiça (STJ) acaba de decidir por sua 5ª turma: “ que apenas o comparecimento da vítima na delegacia” já é o equivalente a Representação e que, portanto, a vítima não possui o direito subjetivo de sobrepor-se ao entendimento do órgão do Ministério Público.

No mesmo sentido posicionou-se o Supremo Tribunal Federal – Habeas Corpus nº 73.411 - ao autorizar o prosseguimento da pretensão punitiva pela promotoria de justiça quando o delito praticado pelo agressor não dependa de condição, isto é, não exija que a vítima, formalmente, formule pedido expresso.

É que, na hipótese de agressões físicas, geralmente as mulheres se compadeciam e, pelos filhos, e pela harmonia familiar, manifestavam a vontade de que tudo parasse e, assim voltavam atrás. Para alguns juízes isso era uma espécie de construir uma justiça de ‘acertos’ ou de vinganças, quando a justiça deve firmar-se num patamar mais alto.

Isto, porém, vem sido motivo de interpretações várias, em matéria de família, como, aliás, também em outros casos, o Conselho Nacional de Justiça, tem por lema a conciliação.

Mas isto já é outra coisa.

Os conflitos podem e devem ser serenados, pois, as salas do Judiciário não são “ringues” para pugilistas e nem arenas para se assistir leões devorando cristãos.